

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO		
NIRE 35300145801	CNPJ 40.432.544/0001-47	
NOME EMPRESARIAL CLARO S/A		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO	
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/12/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIÁRIO GERAL	NÚMERO DO LIVRO 280
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 74.9D.D2.0C.76.13.2B.55.84.B3.95.AD.B8.ED.9B.75.F3.37.10.B0	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	40432544000147	CLARO S.A.	5517119102479203244	21/01/2021 a 21/01/2022	Sim
Contador	72827890968	RICARDO BASSO GAINO:72827890968	8652751356166482813	21/01/2021 a 21/01/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

74.9D.D2.0C.76.13.2B.55.84.B3.95.AD.
B8.ED.9B.75.F3.37.10.B0-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 11/05/2021 às 20:40:22

01.6C.F6.61.A7.BB.52.4B
3B.CC.60.E0.0C.DF.0F.A
D

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: CLARO S/A
Período da Escrituração: 01/12/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 40.432.544/0001-47
Número de Ordem do Livro: 280
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CLARO S/A
NIRE	35300145801
CNPJ	40.432.544/0001-47
Número de Ordem	280
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	23/04/1992
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2020
Quantidade total de linhas do arquivo digital	95748047

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CLARO S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO GERAL
Número de ordem	280
Quantidade total de linhas do arquivo digital	95748047
Data de inicio	01/12/2020
Data de término	31/12/2020

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 280

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita operacional, líquida		R\$ 34.638.296.721,11	R\$ 35.665.971.911,57
(-) Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas		R\$ (19.040.051.264,91)	R\$ (20.136.015.928,76)
Lucro bruto		R\$ 15.598.245.456,20	R\$ 15.529.955.982,81
(-) Despesas comerciais		R\$ (7.282.743.373,15)	R\$ (7.029.839.952,88)
(-) Despesas gerais e administrativas		R\$ (2.695.931.819,57)	R\$ (2.476.043.868,76)
Resultado de equivalência patrimonial		R\$ (10.979.644,30)	R\$ 94.110.742,36
Outras receitas operacionais, líquidas		R\$ 520.875.427,63	R\$ 672.707.949,84
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuiç		R\$ 6.129.466.046,81	R\$ 6.790.890.853,37
Receitas financeiras		R\$ 844.253.587,54	R\$ 500.541.923,64
(-) Despesas financeiras		R\$ (4.445.954.656,50)	R\$ (4.366.918.556,30)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		R\$ 2.527.764.977,85	R\$ 2.924.514.220,71
Imposto de renda e contribuição social correntes		R\$ (351.296.402,22)	R\$ 478.811.705,66
Imposto de renda e contribuição social diferidos		R\$ (403.920.043,13)	R\$ 17.952.460,78
Lucro líquido do exercício		R\$ 1.772.548.532,50	R\$ 3.421.278.387,15

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 280

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TOTAL DO ATIVO		R\$ 75.705.888.695,15	R\$ 75.668.668.683,56
Ativo Circulante		R\$ 9.557.066.546,42	R\$ 9.783.265.804,68
Caixa e equivalentes de caixa		R\$ 132.627.301,91	R\$ 438.296.947,39
Contas a receber, líquidas		R\$ 4.764.486.900,08	R\$ 4.733.415.680,21
Partes relacionadas		R\$ 2.269.085.710,67	R\$ 1.488.088.957,54
Estoques		R\$ 295.801.156,98	R\$ 413.380.843,14
Tributos a recuperar, líquidos		R\$ 548.643.395,54	R\$ 1.068.134.782,76
Despesas antecipadas		R\$ 989.317.573,73	R\$ 1.157.326.264,04
Outros ativos contratuais		R\$ 224.788.586,78	R\$ 226.793.934,69
Ativo atuarial		R\$ 135.928.073,64	R\$ 135.928.073,64
Outros ativos		R\$ 196.387.847,09	R\$ 121.900.321,27
Ativo Não Circulante		R\$ 66.148.822.148,73	R\$ 65.885.402.878,88
Tributos a recuperar, líquidos		R\$ 1.836.304.907,10	R\$ 1.593.682.503,62
Tributos diferidos, líquidos		R\$ 7.333.060.018,78	R\$ 7.363.686.320,89
Depósitos e bloqueios judiciais		R\$ 3.373.656.175,60	R\$ 3.196.113.234,81
(-) Partes relacionadas		R\$ (0,00)	R\$ 120.000.000,00
Ativo atuarial		R\$ 205.175.926,36	R\$ 121.654.926,40
Despesas antecipadas		R\$ 1.170.325.813,82	R\$ 1.243.364.748,91
Outros ativos contratuais		R\$ 11.883.344,27	R\$ 17.977.105,04
Outros ativos		R\$ 81.035.915,79	R\$ 112.163.608,83
Investimentos		R\$ 1.407.276.284,09	R\$ 2.338.832.420,85
Imobilizado		R\$ 40.662.736.959,19	R\$ 40.010.257.619,12
Intangível		R\$ 10.067.366.803,73	R\$ 9.767.670.390,41
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 75.705.888.695,15	R\$ 75.668.668.683,56
Passivo Circulante		R\$ 16.646.887.751,21	R\$ 15.969.984.628,11
Fornecedores e outras contas a pagar		R\$ 8.772.706.869,72	R\$ 7.376.614.441,05
Empréstimos, financiamentos e debêntures		R\$ 1.533.502.661,78	R\$ 1.511.103.794,15
Obrigações fiscais, líquidas		R\$ 86.603.736,39	R\$ 655.113.810,78
Provisões		R\$ 478.409.333,11	R\$ 456.422.649,76
Partes relacionadas		R\$ 3.778.398.632,88	R\$ 3.906.537.061,33
Receitas diferidas		R\$ 50.822.525,18	R\$ 176.182.666,31
Passivo atuarial		R\$ 14.562.678,24	R\$ 11.832.792,77
Passivo de arrendamento		R\$ 1.519.640.269,36	R\$ 1.476.808.900,66
Outras obrigações		R\$ 412.241.044,55	R\$ 399.368.511,30

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 280

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Passivo Não Circulante		R\$ 42.722.516.408,12	R\$ 39.984.195.297,47
Fornecedores		R\$ 769.880.326,33	R\$ 824.293.501,62
Empréstimos, financiamentos e debêntures		R\$ 4.555.078.247,78	R\$ 5.654.614.562,95
Obrigações fiscais, líquidas		R\$ 145.018.101,98	R\$ 145.018.101,98
Provisões		R\$ 7.400.399.401,84	R\$ 7.799.434.440,43
Partes relacionadas		R\$ 22.336.815.143,17	R\$ 18.525.871.027,01
Passivo atuarial		R\$ 2.356.883.672,05	R\$ 2.565.052.305,16
Passivo de arrendamento		R\$ 4.724.383.168,98	R\$ 4.005.706.348,98
Receitas diferidas		R\$ 125.232.167,19	R\$ 106.172.343,92
Outras obrigações		R\$ 308.826.178,80	R\$ 358.032.665,42
Patrimonio Liquido		R\$ 16.336.484.535,82	R\$ 19.714.488.757,98
Capital social		R\$ 18.738.787.871,39	R\$ 18.744.414.942,98
Reserva de capital		R\$ 1.203.489.147,97	R\$ 1.197.862.076,38
Reserva de lucros		R\$ 18.292.290,40	R\$ 549.884.483,25
(-) Outros resultados abrangentes		R\$ (736.029.523,29)	R\$ (777.672.744,63)
(-) Prejuízos acumulados		R\$ (2.888.055.250,65)	R\$ 0,00

DADOS DAS ASSINATURAS



Entidade: CLARO S/A

Período da Escrituração: 01/12/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Número de Ordem do Livro: 280

Dados das Assinaturas da Escrituração

Qualificação do Assinante	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)
Tipo do Certificado	Pessoa Jurídica
CPF / CNPJ	049.841.268-76
Nº de Série do Certificado	5517119102479203244
Nome do Signatário	CLARO S.A.
Autoridade Certificadora Emissora	SERASA Certificadora Digital v5
Validade	21/01/2021 a 21/01/2022
Qualificação do Assinante	Contador
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	728.278.909-68
Nº de Série do Certificado	8652751356166482813
Nome do Signatário	RICARDO BASSO GAINO:72827890968
Autoridade Certificadora Emissora	AC SERASA RFB v5
Validade	21/01/2021 a 21/01/2024



CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.8
CNPJ/MF nº. 40.432.544



JUCESP PROTOCOLO
0.332.847/21-4



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2021

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 26 de abril de 2021, às 09:00hs, na sede da Claro S.A. ("**Companhia**"), situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110.
2. **CONVOCAÇÃO:** Anúncios publicados, nos termos do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76 ("**LSA**"), Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 15, 16 e 17 de abril de 2021 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 15, 16 e 17 de abril de 2021. Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos.
3. **PRESENCAS:** Presentes os acionistas da Companhia, representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, também, o Sr. Roberto Catalão Cardoso, representando a administração da Companhia, e o Sr. Bruno Franco Bianchi, representante dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S.
4. **MESA:** Nos termos do artigo 7º, §1º, do Estatuto Social, presidiu os trabalhos o Diretor da Companhia, Sr. Roberto Catalão Cardoso, que convidou o Sr. José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro para secretariar os trabalhos.
5. **ORDEM DO DIA:** I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social de 2021.
6. **DELIBERAÇÕES:** Foram adotadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos acionistas presentes à Assembleia:
 - 6.1. Os Senhores Acionistas autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§1º e 2º do art. 130, da LSA.
 - 6.2. Os Senhores Acionistas aprovaram a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, tendo em vista já serem os mesmos do conhecimento de todos os acionistas presentes.
 - 6.3. Em Assembleia Geral Ordinária:
 - (i) Os Senhores Acionistas aprovaram, sem ressalvas, as Contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, publicados no Jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, ambos na edição de 25 de março de 2021.

CLARO S.A.
NIRE 35.300.145.801
CNPJ/MF nº. 40.432.544/0001

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2021

3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE BRASÍLIA
SCS Quadra 08, Bloco B-60, Loja 140-D, Vendas Shopping, 1º Andar, Brasília/DF Cep: 70333-9000 - Fone: (61) 3321-2212
Site: www.3oficiobsb.com.br Email: tabjcar@solat.com.br
AUTENTICAÇÃO
Autentico esta cópia conforme Art.7,V, da Lei 8935/94.
Brasília-DF 15/06/2021 - 15:05:14
007-RÊNICE ALCIDES SOARES DOS SANTOS
ESCREVENTE AUTORIZADO
Selo: TJDFT20210080155141QKAO
Consultar: www.tjdft.jus.br



(ii) Aprovaram a proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 3.421.278.387,15 (três bilhões, quatrocentos e vinte e um milhões, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e oitenta e sete reais e quinze centavos), que após a destinação (a) do montante de R\$ 2.888.055.250,65 (dois bilhões, oitocentos e oitenta e oito milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos) para absorção de Prejuízos Acumulados e (b) do montante de R\$ 1.630.943,65 (um milhão, seiscentos e trinta mil, novecentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos) para absorção de Outros Ajustes no Patrimônio Líquido, resultou em um lucro líquido de R\$ 531.592.192,85 (quinhentos e trinta e um milhões, quinhentos e noventa e dois mil, cento e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos) à ser destinado da seguinte forma (1) 5% (cinco por cento), correspondente a R\$ 26.579.609,64 (vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e nove mil, seiscentos e nove reais e sessenta e quatro centavos) para conta de Reserva Legal; (2) R\$ 505.012.583,21 (quinhentos e cinco milhões, doze mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte um centavos) para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais, restando consignado que não haverá o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios tendo em vista a referida destinação para Reserva De Incentivos Fiscais realizada em decorrência da Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar 160/2017 e no art. 30 da Lei 12.973/2014, em conformidade com o Art. 195-A da LSA.

6.4. **Em Assembleia Geral Extraordinária:**

(iii) Os Senhores Acionistas fixaram a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021 no montante de até (inclusive) R\$ 25.634.164,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais), cuja forma de distribuição será estabelecida pelo Conselho de Administração.

7. **ENCERRAMENTO:** E, nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 26 de abril de 2021. **Assinaturas:** Roberto Catalão Cardoso, Presidente da Mesa e Representante da Administração da Companhia; José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro, Secretário da Mesa; e Bruno Franco Bianchi, representante dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S. **Acionistas:** Claro Telecom Participações S.A., representada por seu procurador José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro, EG Participações S.A., representada por seu procurador José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro, Telmex Solutions Telecomunicações S.A., representada por seu procurador José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro e Controladora De Servicios E Telecomunicaciones S.A. de C.V. representada por Alberto de Orleans e Bragança.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio

Secretário
José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro



A Administração da Claro S.A. ("Claro" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

1 - **Introdução:** A Claro S.A. celebra Companhia de capital fechado, sediada em São Paulo, constituída em 7 de abril de 1992. A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México. A Companhia, diretamente ou por meio de suas controladas diretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, sendo todos esses negócios regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas: *Telcel do Brasil S.A. ("Telcel do Brasil"), empresa que presta serviços de comunicação de dados e de internet; *BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de Call Center; *Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc") - empresa que atua na importação e venda de equipamentos; *Ideas Musicais, Serviços, Interatividade e Comunidade Audiovisuais, S.A. de C.V. (México), que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; *Musica LLC (EUA) - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; *Ideas Musicales S.A. (Argentina) - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; *Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia) - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. Em dezembro de 2019 nosso acionista controlador América Móvil adquiriu algumas empresas no exterior dentre as quais a controladora indireta da empresa brasileira Nextel Telecomunicações Ltda. ("Nextel"). No final de outubro de 2020, a ANATEL deu anuência para consolidação das outorgas e frequências de serviço celular, permitindo que a Claro S.A. passasse a deter participação acionária na Sociedade. Tal consolidação, assim como as respectivas movimentações financeiras e societárias, foi realizada em 05 de fevereiro de 2021, conforme Fato Relevante publicado em 14 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo OI ("OI Ativos Móveis"), em conjunto pela controladora da Companhia Claro S.A. ("Claro"), Telcel do Brasil S.A. e TIM S.A. O valor de compra totaliza R\$16,5 bilhões, sendo a Claro responsável pelo pagamento de R\$3,7 bilhões. Em 25 de janeiro de 2021, foi celebrado entre as partes o contrato de compra e venda de ações e outras vantagens. A efetivação da aquisição pelas compradoras da OI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das compradoras adquira ações de uma SPE contendo sua parte dos ativos. O fechamento da aquisição está sujeito a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e que estão previstas no contrato, dentre as quais se incluem as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

2 - **Cenário Macroeconômico:** O estado de calamidade pública, decorrente da pandemia que rapidamente se espalhou pelo mundo, tornou necessária a adoção de diversas medidas pelo Governo Federal direcionadas ao combate dos efeitos da Covid-19, como a distribuição de auxílio emergencial à população mais desamparada, redução de tributos, aumento de leitos em hospitais públicos, medidas de proteção de empregos, linhas de crédito para empresas de menor porte, dentre outras. Tais medidas obviamente pressionaram os gastos públicos e aumentaram o risco de endividamento público. O desemprego no país, que já estava elevado, agravou-se, acentuando ainda mais o problema estrutural de desigualdade social no Brasil. Reformas estruturais em discussão, como as reformas tributária e do pacto federativo, ficaram estagnadas no Congresso Nacional, postergadas na agenda nacional. Diante da recessão econômica e da crise sanitária que tomou conta do país, ao longo do ano o Banco Central reduziu a taxa básica de juros (SELIC), encerrando 2020 a 2,0% a.a., menor patamar histórico (contra taxa SELIC de 4,50% a.a. no final de 2019). A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2020 cotada a R\$5,1967, 26,9% acima da taxa de encerramento em 2019 (R\$4,0307). Principalmente com a execução do programa governamental de vacinação contra a Covid-19 da população brasileira, a expectativa para 2021 é que haja uma recuperação gradual da atividade econômica no país. Segundo projeções do Ibope Intel, do Banco Central do Brasil, espera-se crescimento do PIB de 3,3%, acompanhado de redução gradual dos níveis de desemprego. A expectativa também é que possa ser retomada a agenda de reformas estruturais e de ajuste fiscal.

3 - **Nossas ações durante a pandemia:** Neste 2020 extremamente atípico e desafiador, marcado pela pandemia da COVID-19 que perdurou duramente em todo o mundo, necessitamos destacar as principais medidas da Companhia que visaram atenuar os efeitos da pandemia para seus clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e para a sociedade de uma forma geral. Em apoio a nossos clientes massivos, procuramos desde o início do isolamento social mantê-los conectados, incentivando serviços por meio de canais digitais e flexibilizando as condições de pagamento para os mais impactados. E como incentivo para que todos se mantivessem saudáveis e seguros em suas residências, a Claro abriu gratuitamente alguns de seus canais de TV por assinatura e apoiou a transmissão em sua programação das principais apresentações musicais ao vivo neste período, com foco em entreter seus clientes neste período extremamente difícil. No segmento PYMES, altamente afetado pelo isolamento social, nossos clientes passaram a contar com a plataforma "Push do Bem", através da qual pequenas empresas podem anunciar seus produtos ao mercado, 100% online, minimizando os prejuízos causados pela Educação. No Segmento Corporativo, lançamos algumas soluções para apoiar nossos clientes e a sociedade em geral neste momento incerto, como o *Smart Office* e soluções de nuvem que facilitaram a adoção de trabalhos remotos. Destaca-se também soluções que contribuíram com o Governo na distribuição do auxílio emergencial, em ações de *e-Learning* e no funcionamento dos hospitais de emergência. Mesmo em período pandêmico, buscamos apoiar nossos clientes em suas necessidades imediatas e na continuidade de seus negócios. Estamos trabalhando para a Claro durante este período de pandemia para garantir que nossa rede continue funcionando normalmente, apesar do crescente significativo observado no consumo de nossos clientes, que agora precisam trabalhar e estudar remotamente. No campo social, a Companhia e o Instituto Claro realizaram diversas ações em benefício das comunidades mais afetadas pelas consequências do Coronavírus, conforme os exemplos a seguir: * **Conexão Voluntária:** Nosso programa de voluntariado, em conjunto com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), realizou a campanha Conexão Caixa (Central Unica das Favelas). De outubro a dezembro, o Conexão Voluntário da Claro realizou a campanha Conexão Caixa a Fome, com o objetivo de arrecadar verba para a compra de cestas básicas que foram doadas para 44 instituições de todo o Brasil, beneficiando 32.872 pessoas. * **Educação e Desempenho ENEM:** Em uma iniciativa para apoiar estudantes que não tiveram acesso à Educação pelo celular, a Claro se uniu à plataforma descomplica. Todos os clientes pré-pagos da operadora têm acesso à plataforma com navegação limitada, sem pagar nada, e assim puderam estudar e se preparar para o ENEM. Já foram doados diversos pacotes equivalentes ao acesso à plataforma por assinatura e navegação gratuita para os clientes de planos pré-pago. * **Apoio em Visibilidade:** como forma de contribuir com entidades como UNICEF e Médicos Sem Fronteiras, considerando a necessidade de maior esforço de arrecadação de recursos para a pandemia, abrimos espaços em nossa grade de canais para veiculação de filmes publicitários de parceiros que estavam com campanhas focadas na arrecadação de fundos. Tem sido igualmente uma prioridade garantir a saúde de nossos colaboradores, para que eles possam continuar seu trabalho com qualidade e segurança. Nesse sentido, a maioria das equipes vem trabalhando em sistema de home office desde o início da pandemia social, com infraestrutura necessária e com acesso a informações oficiais sobre a pandemia. E para aqueles cujas atividades são essenciais, como técnicos de campo, fornecemos todos os equipamentos de proteção necessários para mantê-los trabalhando com segurança. Maiores detalhes das ações voltadas ao nosso pessoal neste período de pandemia estão descritos mais adiante no bloco de "Recursos Humanos". Desde o início da pandemia, a Companhia estabeleceu um Comitê de Crise, formado pela alta gestão, para dar celeridade às decisões e avaliar, de forma contínua, medidas preventivas e necessárias ao negócio, assim como medidas visando preservar a saúde, a segurança e a tranquilidade dos colaboradores e seus familiares. Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia a nossos clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e a sociedade de uma forma geral, assim como em tomar ações necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira e a liquidez de nossos negócios.

4 - **Desempenho Operacional:** A Claro e suas controladas, apesar de todos os desafios decorrentes do cenário econômico no país, operaram em 2020 uma destacada performance operacional nos mercados em que atuam. **Serviços Móveis:** A Claro continua liderando o crescimento no segmento pós-pago, tendo acrescentado 1,7 p.p.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)					
	Notas	2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	438.297	132.627	519.848	197.038
Contas a receber, líquidas	8	4.733.416	4.764.487	4.822.212	4.847.354
Partes relacionadas	16	1.488.089	2.269.086	1.491.831	1.460.621
Estoques	6	413.381	295.801	413.638	291.220
Tributos a recuperar, líquidos	1	1.068.135	540.643	1.110.532	577.486
Despesas antecipadas	8	1.157.326	983.318	1.182.086	981.973
Outros ativos contratuais	8	226.794	224.789	226.794	224.789
Ativo atuarial	17	135.928	135.928	135.928	135.928
Outros ativos		121.900	196.388	131.333	211.517
		9.783.266	9.557.087	10.014.002	9.937.926
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	1.593.683	1.836.305	1.600.465	1.845.649
Tributos diferidos, líquidos	7.2	7.363.686	7.333.060	7.421.534	7.386.192
Depósitos e bloqueios judiciais	3	3.196.113	3.373.656	3.246.912	3.393.632
Partes relacionadas	16	120.000	-	120.000	-
Ativo atuarial	17	121.655	205.176	121.655	205.176
Despesas antecipadas	8	1.243.365	1.170.326	1.243.567	1.170.731
Outros ativos contratuais	8	1.177.883	1.183	1.177.883	1.183
Outros ativos		112.164	81.036	112.164	82.371
Investimentos	9	2.338.832	1.407.276	904.750	23.669
Imobilizado	10	40.010.258	40.662.737	40.785.127	41.410.570
Intangível	11	9.767.000	10.067.367	9.843.327	10.145.322
		65.885.403	66.148.822	65,375.723	65,655.400
Total do ativo		75.668.669	75.705.889	75.389.725	74.603.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.722.516	12.119.755	1.411	1.197.863	1.197.863
Aumento de capital (Nota 19)	16.269	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Efeito de outras movimentações de controladas	-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-
Atualização do passivo atuarial em controlada (Nota 17)	-	-	-	-	-
Reserva de inventários fiscais (Nota 19)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.738.787	1.203.490	-	1.197.863	1.197.863
Reserva de lucros	-	-	-	-	-
Reserva de inventários fiscais (Nota 19)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal (Nota 19)	-	-	-	-	-
Efeito de outras movimentações de controladas	-	-	-	-	-
Atualização do passivo atuarial em controlada (Nota 17)	-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 19)	5.627	(5.627)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.744.414	1.197.863	26.580	535.536	535.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. **Histórico e contexto operacional:** A Claro S.A. ("Claro" ou "Companhia"), companhia de capital fechado, foi constituída em 7 de abril de 1992, atualmente se encontra sediada na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, na Cidade e Estado de São Paulo, atuando no mercado de telecomunicações, principalmente, de telefonia local e de longa distância nacional e internacional ("STFC"), no Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), em transmissão de dados ("SCM") e TV por assinatura ("SEAC"). A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), organizada e existente de acordo com as leis do México. Em 17 de julho de 1997, a Companhia foi a vencedora da licitação realizada para a concessão do serviço móvel celular para a área de concessão 1, compreendendo a cidade de São Paulo e 53 distritos e municípios próximos à capital, iniciando as operações a partir de maio de 1998. A Companhia e suas controladas diretas, exploram serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura e outros serviços em nível nacional e internacional, sendo todos esses negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"). A Companhia detém controle direto, principalmente, das seguintes controladas: (i) Telcel do Brasil S.A. ("Telcel do Brasil"), empresa que presta serviços de comunicação de dados, internet, serviços especializados de circuito, rede de telecomunicações e locação de bens móveis; (ii) BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"), operadora de Call Center; (iii) Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"), que atua na importação e venda de equipamentos; (iv) e as seguintes empresas que atuam como importantes provedores de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música: Ideas Musicais, Serviços, Interatividade e Comunidade Audiovisuais, S.A. de C.V., Musica LLC, Ideas Musicales S.A. (Argentina) e Ideas Musicales de Colombia S.A.S. Em 18 de dezembro de 2019 a controladora indireta da Companhia, América Móvil, adquiriu algumas empresas no exterior dentre as quais a controladora indireta da empresa brasileira Nextel Telecomunicações Ltda. ("Nextel"). No final de outubro de 2020, a ANATEL deu anuência para consolidação das outorgas e frequências de serviço celular, o que permitirá que a Claro passe a deter participação acionária na Nextel. A consolidação das outorgas e frequências de serviço celular, foi realizada em 05 de fevereiro de 2021, conforme Nota 28 c). Conforme Fato Relevante publicado em 14 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo OI ("OI Ativos Móveis"). A proposta foi feita em conjunto pela Companhia, Telcel do Brasil S.A. e TIM S.A. O valor de compra totaliza R\$16,5 bilhões, sendo a Companhia responsável pelo pagamento de R\$3,7 bilhões. Em 28 de janeiro de 2021 foi celebrado entre as partes o contrato de compra e venda de ações e outras vantagens. A efetivação da aquisição pelas compradoras

Empresa		Licença	
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local); Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional; Serviço Móvel Pessoal (SMP); Serviço de Comunicação Multímídia (SCM); Serviço de Acesso Condicionado (SEAC); Serviço Móvel Pessoal (SMP); Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS); Serviço Limitado Especializado - Circuito e Rede Especializado (SLE).		
Telcel	Serviço de Comunicação Multímídia (SCM)		

A Companhia possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal ("SMP") por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos		
	450 MHz	850 MHz	900 MHz
Acre	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027
Roraima	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027
Tocantins	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027
Distrito Federal	-	Julho, 2027	Julho, 2027
Mato Grosso	-	Julho, 2027	Julho, 2027
Mato Grosso do Sul	-	Julho, 2027	Julho, 2027
Goiás	-	Julho, 2027	Julho, 2027
Bahia	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2032
Sergipe	-	-	Dezembro, 2032
Alagoas	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027
Ceará	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027
Paraná	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027
Piauí	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027
Pernambuco	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027
Rio Grande do Norte	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027
Paraná	-	-	Dezembro, 2032
Paraná (Norte)	-	-	Dezembro, 2032
Santa Catarina	-	-	Dezembro, 2032
Rio de Janeiro	-	-	Dezembro, 2032
Espírito Santo	-	-	Dezembro, 2032
Rio Grande do Sul	-	-	Dezembro, 2032
São Paulo - Capital	Outubro, 2027*	Agosto, 2027	Agosto, 2027
São Paulo - Interior	-	Março, 2028	-
Minas Gerais	-	-	Abril, 2035**
Minas Gerais (Tringulo Mineiro)	-	-	-
Amazonas	Outubro, 2027	Abril, 2023	-
Maranhão	Outubro, 2027*	Abril, 2023*	-
Roraima	Outubro, 2027	Abil, 2023	-
Amapá	Outubro, 2027	Abil, 2023	-
Pará	Outubro, 2027	Abil, 2023	-

* Inclui código nacional 12. ** Alguns blocos vencem em abril de 2033. *** Além do bloco nacional com vencimento Outubro, 2027 a Claro tem 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 19 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 22/2015) em vencimento em agosto de 2031.

nos últimos doze meses, alcançando 29,9% de *market share* em dezembro de 2020, um aumento de 8,2 milhões de linhas na comparação anual (3,5 milhões de linhas oriundas da Nextel). Um aumento de 29,9% na base de pós-pago em relação ao quarto trimestre de 2019. A base no segmento pré-pago fechou o 4º trimestre de 2020 com 27,5 milhões de assinantes, e mesmo em um cenário de redução do número total de linhas, houve crescimento da base ativa, sendo uma fonte importante e qualificada para migração de clientes para o pós-pago. No pré-pago houve um aumento em R\$47 milhões nas recargas e 5,2% nos inserções, em relação ao mesmo período de 2019. Alcançamos uma penetração de 63% sobre as promoções mensais e semanais. Encerramos dezembro de 2020 com um total de 63,1 milhões de clientes móveis, liderando o saldo líquido de portabilidade com 1,7 milhões de linhas portadas em 2020, uma adição recorde de clientes que mudaram seu número para a Claro. A Claro foi a única operadora com saldo positivo de portabilidade em 2020. A Claro segue tendo a maior cobertura 4,55, com 87% da população beneficiada por uma rede móvel de melhor performance. E foi a primeira operadora a lançar comercialmente o 5G DSS no Brasil, com essa tecnologia de última geração já presente em 14 cidades. Simultaneamente ao lançamento do PIX pelo Banco Central do Brasil, e totalmente aderente a este novo meio de pagamentos e transferências pelo celular, a Claro lançou o serviço Claro Pix, plataforma de carteira digital, em fase inicial para clientes convidados, que oferecerá bônus para assinantes pré-pago e ofertas e vantagens exclusivas aos clientes Claro. Visando proporcionar maior conveniência para seus clientes a Claro também adotou o PIX como modalidade de arrecadação em suas faturas. **Serviços Residenciais:** A Claro liderou em crescimento na banda larga fixa em 2020, com 27,5 mil novos acessos e manteve sua posição de destaque no mercado, com 27,4% de *market share* em "fibra óptica" (conexões acima de 34 Mbps), a Claro mantém sua sólida liderança em acesso, com 35,9% de *market share* em dezembro de 2020, conquistando mais de 1,5 milhões de clientes nos últimos 12 meses. Alcançamos 286 cidades no Brasil com cobertura de rede fixa da Claro, das quais 80 com tecnologia de fibra até a casa do cliente. Nossa presença em FTTB (*Fiber To The Home*) alcançou 11 novas cidades, atingindo uma cobertura de 1,7 milhões de residências com conectividade por fibra óptica. Seguimos liderando em fibra absoluta em TV por assinatura, com 47,0% de participação de mercado, e a mais ampla oferta de conteúdo disponível. Nossa plataforma VOD continua liderando no mercado brasileiro, alcançando 74 mil títulos e mais de 200 milhões de transmissões no quarto trimestre de 2020. Em outubro de 2020, a Claro lançou o "Claro Box TV", serviço prestado à parte de aparelho de *streaming* que já vem com conteúdo em comando por voz, auto-instalável pelos clientes e com menor custo operacional, uma alternativa moderna em termos de conteúdo e entretenimento.

Mercado Corporativo: Os resultados do quarto trimestre de 2020 se mantiveram positivos e robustos, reforçando nossa liderança em Receita e *market share* para Grandes Clientes Corporativos em Voz, Dados, Internet, Redes, Gerenciamento e Mobilidade. O expressivo crescimento dos serviços de TI (23,9% contra o 4º trimestre de 2019) está alinhado com a estratégia de fortalecimento do nosso portfólio B2B. Destaca-se também outros serviços com crescimento destacado em relação ao 4º trimestre de 2019, tais como Cloud (197,9%), Voz Avançada (11,3%) e Teleatendimento (27,7%). Segundo publicação do IDC Brasil, a Embratel ocupa a 7ª posição dentre os líderes de TIC no Brasil e a única empresa de Telecom entre os TOP 10. No quarto trimestre lançamos diversas ofertas de produtos e serviços, dentre os quais destacamos: Multicloud Solutions, Office@Home (solução modular para o Home Office), Claro Valida, Claro Alerts, Claro Score e Claro Mobility. **Satélites de Comunicação:** A Companhia atua no mercado satelital de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e por meio de uma Unidade de Negócio que fornece capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (Bandas C e Banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina. Em 2017, a empresa assinou contrato para a construção de um novo satélite, o Star One D2, equipado com "transponders" nas Bandas C, Ku, Ka e X, com previsão da entrada em operação comercial no segundo semestre de 2021. O alcance das nossas coberturas do satélite Star One D2 soma-se aquelas dos satélites já em operação, Star One C2, C3, C4 e D1, refletindo a visão da empresa de expandir negócios de provimento de capacidade satelital no Brasil e em toda a América Latina, fortalecendo sua posição de liderança regional.

5 - **Desempenho Financeiro:**

	4T20	4T19	%	12M20	12M19	%
Receita líquida Total	3.308,6	9.014,8	3,3%	36.188,2	35.186,0	2,8%
Serviços	8.704,2	8.581,6	1,4%	34.439,0	33.645,4	2,4%
Receita Móvel	2.881,6	2.280,9	12,3%	12.347,8	12.342,6	0,2%
Receita fixa e Outros	5.822,6	6.301,3	-5,3%	20.559,2	21.303,9	-3,5%
Aparelhos	487,3	332,0	46,8%	1.287,1	1.123,3	14,6%
Interconexão	117,1	101,0	16,0%	462,1	416,3	11,0%
EBITDA	3.706,2	3.577,4	3,6%	18.429,6	13.947,5	6,3%
Margem EBITDA	39,8%	39,7%	0,1 p.p.	41,0%	39,6%	1,4 p.p.

A receita líquida total do quarto trimestre de 2020 aumentou 3,3% em relação ao mesmo período de 2019. A receita de serviços móveis cresceu 12,3% no quarto trimestre de 2020 em relação ao quarto trimestre de 2019. Destaque para a receita de serviços pós-pago, impulsionada por planos com voz limitada, internet de alta qualidade e serviços digitais, como Claro Música e Claro Vídeo, de alto valor agregado. Em relação aos serviços fixos, destaque para a Home Office, solução residencial que segue em ritmo acelerado, tendo crescido 10,4% no 4º trimestre de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019. Alguém no quarto trimestre de 2020 uma margem EBITDA de 39,8% crescimento de 3,6% e 0,1 p.p. em relação ao mesmo período de 2019. A margem EBITDA em 2020 cresceu 1,4 p.p. na comparação do acumulado do ano. A Claro continua focada em alavancar a eficiência operacional através de sinergias, simplificação de processos e aceleração da transformação digital, de forma a manter o crescimento constante e sustentável de sua margem EBITDA. A Administração segue focada em medidas necessárias para minimizar os efeitos da pandemia da Covid-19 no negócio, com o objetivo de manter a saúde financeira e a liquidez da Companhia.

6 - **Investimentos:** A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos em infraestrutura, tecnologia e inovação. A Companhia mantém uma estratégia de investimentos comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2020, mesmo em um cenário de pandemia, a Companhia investiu R\$7,8 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede e TV por assinatura. Os outros investimentos relevantes foram direcionados para atender setores, infraestrutura e serviços locais, satélites, serviços de dados e internet, tecnologia da informação e *call center*.

7 - **Ambiente Regulatório:** A Companhia, por meio de sua alta gestão, mantém uma postura proativa na regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Ao longo de 2020, foram publicados importantes regulamentos entre os quais se destacam a Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações de internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina, Revisão da regulamentação sobre o uso de serviços de telecomunicações e Revisão da regulamentação sobre o uso de serviços de telecomunicações para a transmissão de dados, bem como a Revisão das faixas dispostas na regulamentação sobre radiotelevisão (Resolução nº 680/2017). Há ainda diversas temas sobre certificação, numeração e gestão do espectro, esta última temática incluindo atribuições, destinações, condições de uso e elaboração de edital de licitação para possibilitar novas autorizações de radiodifusão, em especial em faixas que serão utilizadas por sistemas 5G. A Companhia enviou múltiplos esforços no atendimento das obrigações regulatórias e aplicação das oportunidades de desenvolvimento de negócios, tendo, ao longo do ano, obtido junto com a ANATEL, o atesto das principais obrigações advindas do Edital do 700 MHz com relação a limpeza e liberação total da faixa de 700MHz para implementação do LTE em todos os municípios brasileiros.

8 - **Governança Corporativa:** Nossa Governança Corporativa se caracteriza em processos através dos quais buscamos garantir a transparência e a integridade de todos os relacionamentos que se relacionam com a Companhia e suas controladas, e visando, dentre outros aspectos, a otimização do valor econômico e a longevidade da Companhia. Para isso, a Claro dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente. Em atendimento a Lei Anticorrupção, a Companhia mantém um programa de integridade, com o objetivo de prevenir, detectar e responder a atos ilícitos. A América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE (New York Stock Exchange), no cumprimento das exigências da Lei SOX. A Administração da Claro avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribui para a sedimentação da cultura de controles

internos. A Companhia conta com um Sistema de Compliance que tem como pilares o Código de Ética, a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA, e que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como, sua Missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de negócio da empresa. Nossa proposta é prevenir, detectar e responder a atos ilícitos relacionados à corrupção, prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, dentre outros, e tem sempre como objetivo a evolução e aperfeiçoamento constante. A empresa conta com os Comitês de Ética e de Compliance que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido. 9 - **Responsabilidade Social e Sustentabilidade:** A seguir descrevemos as principais frentes da Companhia nos campos Social e Sustentabilidade. 9.1 - Instituto Claro e as ações de responsabilidade Social Corporativa: O Instituto Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e é reconhecido pelo *Department of Global Communications* das Nações Unidas (DGC/ONU) com o selo de Status Associativo, que classifica o Instituto Claro como uma entidade sem fins lucrativos que promove ações em concordância com a Carta das Nações Unidas. Essa classificação reforça o compromisso do Instituto Claro de contribuir localmente com os programas globais da ONU a fim de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Alinhando esforços e ações sociais para criar experiências que possam transformar a vida das pessoas, o Instituto Claro acredita que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. As tecnologias da informação e da comunicação conectam pessoas e comunidades, formando pontes para o conhecimento e para o entretenimento e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social. Os projetos e iniciativas do Instituto são direcionados para dois pilares, educação e cidadania, e seu portal traz cobertura aprofundada de questões relacionadas a estas áreas. Com conteúdo exclusivo, o Instituto Claro democratiza o acesso à informação de qualidade em diferentes formatos, como reportagens, *podcasts* e vídeos, e disponibiliza planos de aula gratuitamente. A seguir destacamos algumas iniciativas do Instituto Claro. Todos os anos, o SBT e a EAC realizam o *Olethon*, programa de televisão que, durante dois dias seguidos, professores e coordenadores pedagógicos para o uso de novas tecnologias digitais em sala de aula e oferece conteúdo atualizado e exclusivo online. Inovação: incentivo ao empreendedorismo de jovens e *startups* ligados a soluções mobile e investindo na formação profissionalizante em telecomunicações, com projetos como *Campus Mobile* e *Dupla Escola Cidadã*. Valoriza desenvolvimento humano e incentiva a participação dos colaboradores da Claro e familiares em ações sociais, buscando gerar impacto positivo nas comunidades onde a empresa atua com projetos como *Conexão Voluntária*, e também com iniciativas voltadas para o meio ambiente. **Parceria Unicef:** A estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar é uma parceria entre o Instituto Claro e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para enfrentar a cultura do fracasso escolar. A proposta contempla um diagnóstico da triade reprodutiva, abandono e distorção da leitura e da escrita, programas de intervenção, com o objetivo de construir um manifesto, eles participaram de um debate sobre segurança na internet e saúde mental, que contou com a participação de um representante do Unicef. **Partido Instituto Claro:** O Instituto Claro conta com um portal que oferece conteúdo gratuito e exclusivo nas editoriais de educação e cidadania, em formato de



☆ continuação

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

Saldo inicial	
Provisão constituída	
Reversões	
Saldo final	

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos: 7.1. Tributos a recuperar, líquidos:

ICMS a recuperar ⁽¹⁾	
Imposto de renda retido na fonte ⁽²⁾	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar ⁽³⁾	
PIS/COFINS ⁽⁴⁾	
FINSOCIAL ⁽⁵⁾	
Outros	

Circulante

NÃO circulante

(1) Os créditos de ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização. (2) Predominantemente são créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002. Adicionalmente, em 2020 com as recentes Soluções de Consulta Costa nº 11 e 15, de março de 2020 que confirmam a natureza interpretativa da LC 160/2017 e a possibilidade de aplicação retroativa da norma, a Companhia passou a beneficiar-se dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar nº 144 e no artigo 30 da Lei 12.973/2014. Com base nessa decisão o lucro tributável de 2018 e 2019 foi recalculado, gerando uma redução do tributo a pagar e recomposição do crédito utilizado no montante de R\$550.728 (R\$292.083 referente a 2018 e R\$258.645 referente a 2019). Em 31 de dezembro de 2020 foi utilizado o montante de R\$128.630 para compensação do IRPJ e CSLL do ano. (3) Conforme mencionado na referência 2, além de recompor o IRRF de lucros do exterior, ao adotar o benefício fiscal de subvenção ICMS e recalcularmos o lucro tributável de 2018 e 2019 foi gerado crédito em decorrência da redução do tributo a pagar no montante de R\$105.917 (R\$51.335 referente a 2018 e R\$54.582 referente a 2019). Em 2019 foi constituído, no montante de R\$387.159, créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRPJ e da CSLL sobre o lucro infratributário (lucros decorrentes dos anos de 1990 a 1994). Em maio de 2020, a Companhia reconheceu um complemento do crédito no valor de R\$245.594 (R\$243.410 de principal e R\$2.184 de Selic). O crédito foi utilizado integralmente para compensação de tributos federais. (4) Durante 2019 houve registros de créditos referentes a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$33.055 (R\$15.195 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$17.860 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transitada em julgamento no primeiro semestre de 2019 da Companhia, referente ao período de 2005 a 2010. (5) Trata-se de crédito fiscal oriundo do pagamento a título de contribuição social, nos períodos-base de setembro de 1989 a março de 1992. A Claro obteve o direito a este crédito fiscal através de decisão judicial transitada em julgamento no mês de setembro de 2014, oriundo da incorporada Embratel. Referido ativo fiscal foi objeto de execução contra a União, tendo sido recebido nos anos de 2020 e 2017. 7.2. Tributos diferidos, líquidos: O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprevisíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com o crescimento de lucros tributáveis futuros para compensação futura dos créditos fiscais. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Imposto de renda	2.827.831	1.029.146	3.856.977	2.711.710	987.497	3.699.207
Prejuízos fiscais	984.119	251.346	949.529	847.681	305.165	1.152.848
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.503.009	541.083	2.044.092	1.392.752	501.391	1.894.143
Provisão para contingências	496.719	178.819	675.538	478.249	172.710	650.419
Tributos com exigibilidade suspensa	61.037	21.973	83.010	204.423	73.592	278.015
Crédito fiscal incorporado ⁽¹⁾	576.826	207.658	784.484	535.588	192.812	728.400
Plano atuarial	1.558	561	2.119	—	—	—
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	82.288	29.579	111.742	54.187	19.507	73.694
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	521.456	209.325	790.763	575.870	207.314	793.184
Outras diferenças temporárias	6.628.794	2.469.490	9.298.274	6.800.460	2.459.448	9.259.308
Ativo fiscal diferido, líquido	18.915	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Correção monetária especial	(98.419)	(35.431)	(133.850)	(98.975)	(35.631)	(134.006)
Plano atuarial	(601.101)	(189.273)	(790.374)	(591.553)	(185.836)	(777.389)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(596.272)	(214.659)	(810.931)	(543.682)	(195.719)	(739.381)
Depreciação acelerada ⁽²⁾	(23.798)	(8.567)	(32.365)	(9.312)	(32.872)	(124.184)
Inovação Tecnológica	(31.246)	(11.249)	(42.495)	—	—	—
Outras diferenças temporárias	(72.683)	(26.166)	(98.849)	(92.326)	(33.236)	(126.564)
Passivo fiscal diferido, líquido	(1.442.434)	(492.154)	(1.934.588)	(1.436.743)	(490.105)	(1.926.848)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.386.350	1.977.336	7.363.686	5.363.717	1.969.343	7.333.060

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Imposto de renda	2.836.283	1.032.186	3.868.471	2.722.443	991.360	3.713.903
Prejuízos fiscais	701.293	252.466	953.759	805.616	306.222	1.156.838
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.504.450	541.602	2.046.052	1.393.857	501.789	1.895.646
Provisão para contingências	497.029	178.931	675.560	478.560	172.282	650.442
Tributos com exigibilidade suspensa	61.037	21.973	83.010	204.423	73.592	278.015
Crédito fiscal incorporado ⁽¹⁾	576.826	207.658	784.487	535.611	192.812	728.423
Plano atuarial	1.558	561	2.119	—	—	—
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	82.288	29.579	111.742	54.259	19.534	73.793
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	615.308	221.511	836.819	604.521	217.628	822.149
Outras diferenças temporárias	6.676.082	2.486.517	9.362.599	6.844.290	2.475.219	9.319.509
Ativo fiscal diferido, líquido	18.915	(6.809)	(25.724)	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Correção monetária especial	(98.419)	(35.431)	(133.850)	(98.975)	(35.631)	(134.006)
Plano atuarial	(584.322)	(183.233)	(767.555)	(590.635)	(185.505)	(776.140)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(601.034)	(216.372)	(817.406)	(548.424)	(197.433)	(745.857)
Depreciação acelerada ⁽²⁾	(21.958)	(7.905)	(29.863)	(9.312)	(32.872)	(124.184)
Inovação Tecnológica	(31.246)	(11.249)	(42.495)	—	—	—
Outras diferenças temporárias	(81.306)	(32.866)	(124.172)	(93.265)	(33.541)	(126.800)
Passivo fiscal diferido, líquido	(1.442.434)	(492.154)	(1.934.588)	(1.436.743)	(490.105)	(1.926.848)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.386.350	1.977.336	7.363.686	5.363.717	1.969.343	7.333.060

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ativo verificado da incorporada NET. Conforme Instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICP 09 (R1) emitida pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ativo" no patrimônio líquido no montante de R\$975.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ativo e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Judicial Ltda., Big TV, ESC 90 e BrTel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.454.902	2.002.068	7.456.970	5.454.902	2.002.068	7.456.970
Constituição	257.688	92.726	350.414	257.688	92.726	350.414
Realização	(350.377)	(126.165)	(476.902)	(350.377)	(126.165)	(476.902)
Incorporação ⁽¹⁾	1.864	714	2.578	1.864	714	2.578
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.363.717	1.969.343	7.333.060	5.363.717	1.969.343	7.333.060
Constituição	408.363	146.856	555.222	408.363	146.856	555.222
Realização	(385.733)	(138.863)	(524.596)	(385.733)	(138.863)	(524.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.386.350	1.977.336	7.363.686	5.386.350	1.977.336	7.363.686

(1) Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 9.

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018	768.040	800.380	800.380	768.040	800.380	800.380
Constituição	1.634.750	1.644.435	1.644.435	1.634.750	1.644.435	1.644.435
Realização	(1.020.147)	(1.027.589)	(1.027.589)	(1.020.147)	(1.027.589)	(1.027.589)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.382.643	1.417.226	1.417.226	1.382.643	1.417.226	1.417.226
Constituição	1.157.326	999.314	1.162.086	1.157.326	999.314	1.162.086
Realização	(1.243.365)	(1.170.326)	(1.243.567)	(1.243.365)	(1.170.326)	(1.243.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.296.504	1.246.900	1.235.745	1.296.504	1.246.900	1.235.745

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2020
2021	1.392.424	1.392.424	1.392.424
2022	—	—	—
2023	—	—	—
2024	—	—	—
2025	—	—	—
2026	—	—	—
2027	—	—	—
2028 a 2030	—	—	—

(1) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. Despesas antecipadas:

	2020	2019	2018
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes ⁽¹⁾	2.259.557	2.035.712	2.259.557
Seguros	71.569	64.917	71.569
Propaganda e publicidade	18.936	11.245	18.936
Outros	50.629	47.770	50.629
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.400.691	2.159.644	2.400.691
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.157.326	999.314	1.162.086
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.243.365	1.170.326	1.243.567

(1) Esta substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

9. Investimentos: Na controladora, a movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Investimento	1.891	7.380	1.891	1.891	7.380	1.891
Ágio	—	—	—	—	—	—
Despesa de aquisição	(119)	(119)	(119)	(119)	(119)	(119)
Reversão de despesa de aquisição	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.772	7.261	1.772	1.772	7.261	1.772
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.772	7.261	1.772	1.772	7.261	1.772
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.772	7.261	1.772	1.772	7.261	1.772

(1) Vide composição da Nota 15 - Provisões.

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Investimento	1.891	7.380	1.891	1.891	7.380	1.891
Ágio	—	—	—	—	—	—
Despesa de aquisição	(119)	(119)	(119)	(119)	(119)	(119)
Reversão de despesa de aquisição	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.772	7.261	1.772	1.772	7.261	1.772
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.772	7.261	1.772	1.772	7.261	1.772
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.772	7.261	1.772	1.772	7.261	1.772

(1) Vide composição da Nota 15 - Provisões. Em 30 de novembro de 2020, foi firmada a 32ª alteração do contrato social da controlada BCT, tendo como objeto o aumento de capital social no valor de R\$13.800, com emissão de 13.800.000 novas quotas no valor de R\$1,00 cada uma, subscritas e integralizadas pela Companhia, mediante aporte de capital em dinheiro. Em setembro de 2020, foi deliberado em AGE o aumento de capital na totalidade de R\$500.816 oriundo de aumento de capital da Companhia na TdB, através de cessação de ativos imobilizados (transparências, esteiras temáticas e outros) conforme registrado nos livros contábeis e laudo de avaliação. Em 18 de dezembro de 2019, mediante formalização em Termo de Fechamento e Quitação, foi aprovado e concretizado a venda total das ações da MPO detidas pela Companhia, no montante de R\$1.069.114 ações ordinárias. A partir desta data a Companhia passou a não deter mais participação no capital social da MPO. Em 06 de setembro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TdB, no montante de R\$600 pela emissão de 153.164 ações ordinárias, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$3,92 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TdB em 31 de agosto de 2019 e do pagamento em moeda nacional de R\$0,40. Em 02 de julho de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TdB, no montante de R\$477.113 pela emissão de 119.259.264 ações ordinárias, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$3,99 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TdB em 30 de junho de 2019 e do pagamento em moeda nacional de R\$1,58. Em 04 de março de 2019, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários na controlada PMS, no montante de R\$2.335,39 por lote de 1.000 (mil) ações, à conta das Reservas de Lucros a Realizar, constantes no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 17 de janeiro de 2019, em AGE, foi aprovado o aumento de capital na controlada TdB, no montante de R\$275.337 pela emissão de 69.744.697 ações ordinárias e 33.497.443 ações preferenciais, todas as ações nominativas e sem valor nominal, sendo que o preço de emissão de ações é de R\$4,00 por ação, fixado, com base no preço de patrimônio líquido das ações da TdB em 31 de dezembro de 2018. Aquisição Ustore: Em 31 de agosto de 2020, foi finalizado o laudo de Avaliação do Preço de Compra (PPA - Purchase Price Allocation), pela empresa Ustore pela Companhia, sendo do total do ágio foram alocados R\$9.812 ao Intangível e R\$3.336 ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo. Em 19 de setembro de 2019, a Companhia adquiriu 203.101 ações ordinárias

de emissão da Ustore no montante de R\$24.000 (dos quais R\$22.847 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações remanescentes exercíveis conforme os termos e condições previstos. Ativos identificáveis adquiridos e ágio. De acordo com o IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas no momento de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os ativos adquiridos e passivos assumidos, foram reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição em laudo de avaliação financeira emitido por empresa de avaliação independente.

Valor justo reconhecido na aquisição	Ustore
Ativo circulante	1.198
Caixa e equivalentes de caixa	1.814
Contas a receber	135
Outros ativos	(751)
Ativo não circulante	7.740
Imobilizado	1.079
Intangível	5.661
Passivo circulante	1.553
Passivo não circulante	3.403
Total dos ativos identificáveis líquidos	2.882
Participação adquirida	4.070
Participação nos ativos identificáveis líquidos	1.153
Preço de aquisição	24.000
Ágio na aquisição de negócios	22.847

Não foram identificados outros ativos intangíveis que requeriam alocação pela Companhia. b) Incorporação Claro Corporate:



Claro S.A.
CNPJ nº 40.432.544/0001-47



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

a) Bens vinculados aos contratos de concessão: Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados pela Companhia, estabelecem a reversibilidade dos bens indesejáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões. Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. **b) Bens dados em garantia:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrendados ou nomeados à penhora em processos judiciais. **c) Satélites:** Em virtude da operação de incorporação da controlada Star One, a Companhia é sucessora legal de todos os bens, direitos e obrigações que compõem o acervo cindido. Em 20 de outubro de 2017, a controlada Star One assinou contrato com a SSL - Space Systems Local para construção do satélite Star One D2, que será equipado com "transponders" S2 nas Bandas C e Ku, 20 Gbps de capacidade em Banda Ka e uma certa capacidade em Banda K. O investimento total desse projeto está estimado em US\$523.000.000 a entrada em operação comercial deverá ocorrer no primeiro semestre de 2021. O satélite complementar a cobertura de Banda Ka do Star One D1, ampliação da cobertura de banda K, a Companhia possui atualmente em desenvolvimento. O Star One D2 também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2. Com a Banda Ku, o satélite fornecerá capacidade de dados, vídeo e Internet para órgãos do governo e grandes empresas de diversos setores das Américas do Sul e Central, incluindo o México, além de possibilitar a transmissão de sinais para TV por Assinatura. As ofertas de sinais de TV Aberta serão garantidas pela Banda C. O valor do imobilizado em andamento do projeto do satélite D2 em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.195.944 (R\$1.142.225 em 31 de dezembro de 2019). **d) Juros capitalizados:** A Companhia adota como prática contábil mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos no montante de R\$155.711. **e) Revisão da vida útil:** A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada em dados históricos, mudanças no ambiente de negócio no qual a Companhia atua e o custo base em avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica recomendada a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo. **f) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis:** Conforme descrito na Nota 3.12, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicadores de vida por parte dos ativos imobilizados e intangíveis, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

11. Intangível:

	Controladora		Consolidado		2020		2019		2020		2019	
	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferências	Adições	Transferências	Adições	Transferências	Adições	Transferências
Custo												
Licenças de outorga ^{a)}	14.483.920	47.864	14.483.920	47.864	47.864	14.483.920	47.864	14.483.920	47.864	14.483.920	47.864	14.483.920
Direito de uso de software ^{a)}	4.497.294	2.807	4.497.294	2.807	2.807	4.497.294	2.807	4.497.294	2.807	4.497.294	2.807	4.497.294
Agio	3.706.852	-	3.706.852	-	-	3.706.852	-	3.706.852	-	3.706.852	-	3.706.852
Direito de uso de circuitos e passagens	1.600.455	55.275	1.600.455	55.275	55.275	1.600.455	55.275	1.600.455	55.275	1.600.455	55.275	1.600.455
Fundo de comércio	92.143	-	92.143	-	-	92.143	-	92.143	-	92.143	-	92.143
Outros ativos intangíveis	318.267	-	318.267	-	-	318.267	-	318.267	-	318.267	-	318.267
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.562.291	-	1.562.291	-	-	1.562.291	-	1.562.291	-	1.562.291	-	1.562.291
Ajuste ao valor de realização	(157.725)	-	(157.725)	-	-	(157.725)	-	(157.725)	-	(157.725)	-	(157.725)
Intangível em andamento	314.598	222.415	314.598	222.415	222.415	314.598	222.415	314.598	222.415	314.598	222.415	314.598
Total	26.418.095	327.561	26.418.095	327.561	327.561	26.418.095	327.561	26.418.095	327.561	26.418.095	327.561	26.418.095
Vida útil estimada em anos	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20
Amortização												
Licenças de outorga ^{a)}	5	(3.241.784)	5	(3.241.784)	(3.241.784)	5	(3.241.784)	(3.241.784)	5	(3.241.784)	(3.241.784)	(3.241.784)
Direito de uso de software ^{a)}	5	(174.207)	5	(174.207)	(174.207)	5	(174.207)	(174.207)	5	(174.207)	(174.207)	(174.207)
Agio	5, 12, 15, 20 e 30	(560.890)	5, 12, 15, 20 e 30	(560.890)	(560.890)	5, 12, 15, 20 e 30	(560.890)	(560.890)	5, 12, 15, 20 e 30	(560.890)	(560.890)	(560.890)
Fundo de comércio	5,10 e 20	(92.144)	5,10 e 20	(92.144)	(92.144)	5,10 e 20	(92.144)	(92.144)	5,10 e 20	(92.144)	(92.144)	(92.144)
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(336.727)	5,10 e 20	(336.727)	(336.727)	5,10 e 20	(336.727)	(336.727)	5,10 e 20	(336.727)	(336.727)	(336.727)
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7-6,7 e 10, 15	(1.104.286)	3,7-6,7 e 10, 15	(1.104.286)	(1.104.286)	3,7-6,7 e 10, 15	(1.104.286)	(1.104.286)	3,7-6,7 e 10, 15	(1.104.286)	(1.104.286)	(1.104.286)
Ajuste ao valor de realização	157.725	-	157.725	-	-	157.725	-	157.725	-	157.725	-	157.725
Total	(16.088.533)	(847.833)	(16.088.533)	(847.833)	(847.833)	(16.088.533)	(847.833)	(16.088.533)	(847.833)	(16.088.533)	(847.833)	(16.088.533)
Intangível, líquido	10.329.562	(220.272)	10.329.562	(220.272)	(220.272)	10.329.562	(220.272)	10.329.562	(220.272)	10.329.562	(220.272)	10.329.562

^{a)} Representam transferências do intangível em andamento para operação, bem como do imobilizado para o intangível. ^{b)} As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL, e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal. ^{c)} Referem-se aos bens cedidos pela Companhia para aumento de capital da controlada TDB, conforme Nota 9. ^{d)} Trata de mais-valia da Usore, conforme Nota 9.

	Controladora		Consolidado		2020		2019		2020		2019	
	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferências	Adições	Transferências	Adições	Transferências	Adições	Transferências
Custo												
Licenças de outorga ^{a)}	14.483.920	47.864	14.483.920	47.864	47.864	14.483.920	47.864	14.483.920	47.864	14.483.920	47.864	14.483.920
Direito de uso de software ^{a)}	4.497.294	2.807	4.497.294	2.807	2.807	4.497.294	2.807	4.497.294	2.807	4.497.294	2.807	4.497.294
Agio	3.706.852	-	3.706.852	-	-	3.706.852	-	3.706.852	-	3.706.852	-	3.706.852
Direito de uso de circuitos e passagens	1.612.072	55.274	1.612.072	55.274	55.274	1.612.072	55.274	1.612.072	55.274	1.612.072	55.274	1.612.072
Fundo de comércio	92.142	-	92.142	-	-	92.142	-	92.142	-	92.142	-	92.142
Outros ativos intangíveis	331.297	463	331.297	463	463	331.297	463	331.297	463	331.297	463	331.297
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.564.352	-	1.564.352	-	-	1.564.352	-	1.564.352	-	1.564.352	-	1.564.352
Ajuste ao valor de realização	(166.037)	-	(166.037)	-	-	(166.037)	-	(166.037)	-	(166.037)	-	(166.037)
Intangível em andamento	316.007	232.410	316.007	232.410	232.410	316.007	232.410	316.007	232.410	316.007	232.410	316.007
Total	26.692.469	338.392	26.692.469	338.392	338.392	26.692.469	338.392	26.692.469	338.392	26.692.469	338.392	26.692.469
Vida útil estimada em anos	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20	6,15 e 20	10,15 e 20
Amortização												
Licenças de outorga ^{a)}	5	(3.241.784)	5	(3.241.784)	(3.241.784)	5	(3.241.784)	(3.241.784)	5	(3.241.784)	(3.241.784)	(3.241.784)
Direito de uso de software ^{a)}	5	(174.207)	5	(174.207)	(174.207)	5	(174.207)	(174.207)	5	(174.207)	(174.207)	(174.207)
Agio	5, 12, 15, 20 e 30	(572.506)	5, 12, 15, 20 e 30	(572.506)	(572.506)	5, 12, 15, 20 e 30	(572.506)	(572.506)	5, 12, 15, 20 e 30	(572.506)	(572.506)	(572.506)
Fundo de comércio	5,10 e 20	(92.145)	5,10 e 20	(92.145)	(92.145)	5,10 e 20	(92.145)	(92.145)	5,10 e 20	(92.145)	(92.145)	(92.145)
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(347.765)	5,10 e 20	(347.765)	(347.765)	5,10 e 20	(347.765)	(347.765)	5,10 e 20	(347.765)	(347.765)	(347.765)
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7-6,7 e 10, 15	(1.104.795)	3,7-6,7 e 10, 15	(1.104.795)	(1.104.795)	3,7-6,7 e 10, 15	(1.104.795)	(1.104.795)	3,7-6,7 e 10, 15	(1.104.795)	(1.104.795)	(1.104.795)
Ajuste ao valor de realização	166.037	-	166.037	-	-	166.037	-	166.037	-	166.037	-	166.037
Total	(16.309.604)	(976.240)	(16.309.604)	(976.240)	(976.240)	(16.309.604)	(976.240)	(16.309.604)	(976.240)	(16.309.604)	(976.240)	(16.309.604)
Intangível, líquido	10.382.865	(638.848)	10.382.865	(638.848)	(638.848)	10.382.865	(638.848)	10.382.865	(638.848)	10.382.865	(638.848)	10.382.865

^{a)} Representam transferências do intangível em andamento para operação, bem como do imobilizado para o intangível. ^{b)} As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL, e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal. ^{c)} Referem-se aos bens cedidos pela Companhia para aumento de capital da controlada TDB, conforme Nota 9. ^{d)} Trata de mais-valia da Usore, conforme Nota 9.

12. Fornecedores e outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado		2020		2019		2020		2019	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fornecedores diversos	6.984.449	5.508.528	6.984.449	5.508.528	5.508.528	6.984.449	5.508.528	6.984.449	5.508.528	5.508.528	6.984.449	5.508.528
Interconexão e roaming	116.733	127.948	116.733	127.948	127.948	116.733	127.948	116.733	127.948	127.948	116.733	127.948
Cobilling	78.013	73.251	78.013	73.251	73.251	78.013	73.251	78.013	73.251	73.251	78.013	73.251
Total	7.179.195	5.709.627	7.179.195	5.709.627	5.709.627	7.179.195	5.709.627	7.179.195	5.709.627	5.709.627	7.179.195	5.709.627

12.2 Outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado		2020		2019		2020		2019	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fornecedores - cessão de crédito ^{a)}	1.021.713	3.832.960	1.021.713	3.832.960	3.832.960	1.021.713	3.832.960	3.832.960	1.021.713	3.832.960	1.021.713	3.832.960
Total	1.021.713	3.832.960	1.021.713	3.832.960	3.832.960	1.021.713	3.832.960	3.832.960	1.021.713	3.832.960	1.021.713	3.832.960

Total fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado		2020		2019		2020		2019	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Circulante	1.136.942	3.500.000	1.136.942	3.500.000	3.500.000	1.136.942	3.500.000	3.500.000	1.136.942	3.500.000	3.500.000	1.136.942
Não circulante	374.162	2.154.615	374.162	2.154.615	2.154.615	374.162	2.154.615	2.154.615	374.162	2.154.615	2.154.615	374.162
Total	1.511.104	5.654.615	1.511.104	5.654.615	5.654.615	1.511.104	5.654.615	5.654.615	1.511.104	5.654.615	5.654.615	1.511.104

^{a)} Para alguns investimentos de mais longo prazo, a Companhia negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Nestes casos, a Companhia anulou a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação do prazo a receber destes fornecedores. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção de deliberação exclusiva dos fornecedores e a Companhia não é ressaltada e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento antecipado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a Companhia.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

|--|

A Administração da Claro S.A. ("Claro" ou "Companhia") submete à aprovação dos Senhores Ações: Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral (Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório de Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

1 - Introdução: A Claro S.A. é uma Companhia de capital fechado, sediada em São Paulo, constituída em 7 de abril de 1992. A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México. A Companhia, diretamente ou por meio de suas controladas diretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satélite e outros serviços em nível nacional e internacional, sendo todos esses negócios regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas: "Telcel do Brasil S.A." ("Telcel do Brasil") - empresa que presta serviços de comunicação de dados e de internet; "BrasilCenter Comunicações Ltda. (BrasilCenter)" - operadora de Claro Center - Rede Condição e Participações Ltda. ("ReCy") - empresa que atua na importação e venda de equipamentos; "Ideas Musicais, Serviços, Interatividade e Comunidade Audiovisuais, S.A. de C.V. (Música)" - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; "Música LLC (EUA)" - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; "Ideas Musicais S.A. (Argentina)" - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; "Ideas Musicais de Colombia S.A.S. (Colômbia)" - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. Em dezembro de 2019, nossa controlada América Móvil adquiriu algumas empresas no exterior dentro das quais a controladora indireta da empresa brasileira Nextel Telecomunicações Ltda. ("Nextel"). No final de outubro de 2020, a ANATEL deu anulação para consolidação das outorgas e frequências de serviço celular, permitindo que a Claro S.A. passe a ter participação acionária na Sociedade. Tal consolidação, assim como as respectivas movimentações financeiras e societárias, foi realizada em 05 de fevereiro de 2021. Conforme Fato Relevante publicado em 14 de dezembro de 2019, foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo OI ("OI Ativos Móveis"), em conjunto pela controlada da Companhia, Claro S.A. ("Claro"), e a telefonia Brasil S.A. ("TBM"). O OI Ativos Móveis, em conjunto com a Claro, sendo a Claro responsável pelo pagamento de R\$3,7 bilhões. Em 28 de janeiro de 2021 foi celebrado entre as partes o contrato de compra e venda de ações e outras avanças. A efetivação da aquisição pelas controladoras da OI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das controladoras adquira ações de uma SPE contendo sua parte dos ativos. O fechamento da aquisição está sujeito a determinadas condições precedentemente usualmente aplicáveis a este tipo de transação e que estão previstas no contrato, dentro das quais se incluem as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

2 - Cenário Macroeconômico: O estado de calamidade pública, decorrente da pandemia que rapidamente se espalhou pelo mundo, tornou necessária a adoção de diversas medidas pelo Governo Federal direcionadas ao combate dos efeitos da Covid-19, como a distribuição de auxílio emergencial à população mais desempregada, postergação de tributos, aumento de leitos em hospitais públicos, medidas de preservação de empregos, linhas de créditos para empresas de menor porte, dentre outras. Tais medidas obviamente pressionaram os gastos públicos e aumentaram o nível do endividamento público. O desemprego no país, já há alguns meses, agravou-se, aumentando ainda mais o problema estrutural de desigualdade social no Brasil. Reformas estruturais em discussão, como as reformas tributária e do pacto federativo, ficaram estagnadas no Congresso Nacional, postergadas na agenda nacional. Diante da recessão econômica e da crise sanitária que temo conta do país, ao longo do ano o Banco Central reduziu a taxa básica de juros (SELIC), encerrando 2020 a 2,0% a.a., menor patamar histórico (contata taxa SELIC de 4,50% a.a. no final de 2019). A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2020 (cotada a R\$5,97, 28,9% acima da taxa de encerramento em 2019 (R\$4,6307). Principalmente com a execução do programa governamental de vacinação contra a Covid-19 da população brasileira, a expectativa para 2021 é de que haja uma recuperação gradual da atividade econômica no país. Segundo projeções do Boletim FOM, do Banco Central do Brasil, espera-se crescimento do PIB de 3,3%, acompanhado de redução gradual dos níveis de desemprego. A expectativa também é que possa ser retomada a agenda de reformas estruturais e de ajuste fiscal.

3 - Nossas ações durante a pandemia: Neste 2020 extremamente atípico e desafiador, marcado pela pandemia da COVID-19 que perdurou durante praticamente todo o ano, necessário destacar as principais medidas da Companhia que visaram atenuar os efeitos da pandemia para seus clientes, fornecedores e parceiros comerciais e para a sociedade de uma forma geral. Em apoio a nossos clientes e parceiros, procuramos desde o início do isolamento social manter os canais de atendimento, incentivando serviços por meio de canais digitais e flexibilizando as condições de pagamento para os mais impactados. E como incentivo para que todos se mantivessem saudáveis e seguros em suas residências, a Claro abriu gratuitamente alguns de seus canais de TV por assinatura e apoiou a transmissão em sua programação das principais apresentações musicais ao vivo neste período, com foco em entreter seus clientes neste período extremamente difícil. No segmento PYMES, altamente afetado pelo isolamento social, nossos clientes passaram a contar com a plataforma "Push do Bem", através da qual as pequenas empresas podem anunciar seus produtos e serviços, 100% online, minimizando os prejuízos causados pela crise. No Segmento Corporativo, lançamos algumas soluções para apoiar nossos clientes e a sociedade em geral neste momento incerto, como o Smart Office e soluções de nuvem que facilitaram a adoção de trabalhos remotos. Destaca-se também soluções que contribuíram com o Governo na distribuição do auxílio emergencial, em ações de e-Learning e no funcionamento dos hospitais de emergência. Mesmo em período pandêmico, buscamos apoiar nossos clientes em suas necessidades imediatas e na continuidade de seus negócios. Estamos trabalhando duro durante este período de pandemia para garantir que nossa rede de canais para venda de produtos e serviços continue funcionando normalmente, apesar da redução de fluxo de clientes, que agora precisam trabalhar e estudar remotamente. No campo social, a Companhia e o Instituto Claro realizaram diversas ações em benefício das comunidades mais afetadas pelas consequências do Coronavírus, conforme os exemplos a seguir: **Conexão Voluntária:** Nosso programa de voluntariado, Conexão Voluntária, promoveu ações de arrecadação de recursos para o projeto Mãos da Favela, realizado pela CUBA (Central Única das Favelas). De outubro a dezembro, o Conexão Voluntária da Claro realizou a campanha Conexão Contato a Fome, com o objetivo de arrecadar verba para a compra de cestas básicas que foram doadas para 44 grêmios de todo o Brasil, beneficiando 32.872 pessoas. **Educação com o Desacerto:** Em parceria com a ENEA, uma iniciativa para apoiar estudantes que só conseguiram ter acesso à Educação pelo celular, a Claro se une a uma plataforma descomplica. Todos os clientes pré-pagos da operadora têm acesso a plataforma com navegação limitada, sem pagar nada, e assim puderam estudar e se preparar para o ENEM. Já foram doados diversos pacotes equivalentes ao acesso à plataforma com assinatura e navegação gratuitas para os clientes de planos pré-pagos. **Apoio em Visibilidade:** como forma de contribuir com entidades como UNICEF e Médicos Sem Fronteira, considerando a necessidade de um esforço para combater os efeitos sociais da pandemia, abrimos espaço em nossa grade de canais para veiculação de filmes publicitários de parceiros que estavam com campanhas focadas na arrecadação de fundos. Têm sido igualmente uma prioridade garantir a saúde de nossos colaboradores, para que eles possam continuar seu trabalho com qualidade e segurança. Nesse sentido, a maioria das equipes vem trabalhando um sistema do home office desde o início do isolamento social, com a infraestrutura necessária e com acesso a informações oficiais sobre a pandemia. E para aqueles cujas atividades são essenciais, como técnicos de campo, fornecemos todos os equipamentos de proteção necessários para manter o trabalho com segurança. **Memórias e Registros Humanos:** Desde o início da pandemia, a Companhia estabeleceu um Comitê de Crise, formado pela alta gestão, para dar celeridade às decisões e avaliar, de forma contínua, medidas preventivas e necessárias ao negócio, assim como medidas visando preservar a saúde, a segurança e a tranquilidade dos colaboradores e seus familiares. Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia a nossos clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e à sociedade de uma forma geral, assim como em tomar ações necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira e a liquidez dos nossos negócios.

4 - Desempenho Operacional: A Claro e suas controladas, apesar dos desafios decorrentes do cenário econômico no país, obtiveram em 2020 uma destacada performance operacional nos mercados em que atuam. **Serviços Móveis:** A Claro continuou liderando o crescimento no segmento pós-pago, tendo acrescentado 1,7 p.p. nos últimos doze meses, alcançando 29,9% do market share em dezembro de 2020, um aumento de 8,2 milhões de linhas na comparação anual (3,5 milhões de linhas oriundas da Nextel). Um aumento de 29,6% na base de pós-pago em relação ao quarto trimestre de 2019. A base no segmento pré-pago fechou o 4º trimestre de 2020 com 27,5 milhões de assinantes, e mesmo em um cenário de redução do número total de linhas, houve crescimento da base ativa, sendo uma taxa importante e qualificada para migração de clientes para o pós-pago. No pré-pago, houve um aumento em R\$47 milhões nas recargas e 5,2% nos inserimentos, em relação ao mesmo período de 2019. Alcançamos uma penetração de 63% sobre as promoções mensais e semanais. Encerramos dezembro de 2020 com um total de 63,1 milhões de clientes móveis, liderando o saldo líquido de portabilidade com 1,7 milhões de linhas portadas em 2020, uma adição recorde de clientes que mudaram seu número para a Claro. A Claro foi a única operadora com saldo positivo de portabilidade em 2020. A Claro segue tendo a maior cobertura de 4G, com 87% da população beneficiada por uma rede móvel de melhor performance. E foi a primeira operadora a lançar comercialmente o 5G DSS no Brasil, com essa tecnologia de última geração já presente em 14 cidades. Simultaneamente ao lançamento do PIX pelo Banco Central do Brasil, e totalmente aderente a este novo meio de pagamentos e transferências pelo celular, a Claro lançou o serviço Claro Pay, plataforma de carteira digital, em fase inicial para clientes convidados, que oferecerá bônus para assinantes pré-pago e ofertas e vantagens exclusivas aos clientes Claro. Visando proporcionar maior conveniência para seus clientes a Claro também aderiu ao PIX como modalidade de arrecadação em suas lojas. **Serviços Residenciais:** A Claro aderiu em crescimento na banda larga fixa em 2020, com 27,5 mil novos acessos e manteve sua posição de destaque no mercado, com 27,4% do market share. Em "ultra-broadband" (conexões acima de 34 Mbps), a Claro mantém sua sólida liderança em acessos, com 35,9% do market share em dezembro de 2020, conquistando mais de 1,5 milhões de clientes nos últimos 12 meses. Alcançamos 286 cidades no Brasil com cobertura de rede fixa da Claro, das quais 80 com tecnologia de fibra até a casa do cliente. Nossa presença em FTTH (Fiber To The Home) alcançou 115 novas cidades, atingindo uma cobertura de 1,6 milhões de residências com expectativa participativa de mercado nessas localidades. Seguimos liderando absolutos em TV por assinatura, com 47,0% do market share em dezembro de 2020, com 74 mil títulos e mais de 200 milhões de transmissões no quarto trimestre do 2020. Em outubro de 2020, a Claro lançou o "Claro Box TV", serviço prestado a partir do aparelho de streaming que já vem com controle com comando por voz, auto instalável pelos clientes e com menor custo operacional, uma alternativa moderna em termos de conteúdo e entretenimento. **Mercado Corporativo:** Os resultados do quarto trimestre de 2020 se mantiveram positivos e robustos, reforçando nossa liderança em Receita e market share para Grandes Clientes Corporativos em Voz, Dados, Internet, Redes Grupos e Mobilidade. O crescimento nos serviços de TI (23,3% contendo também outros serviços com crescimento destacado em relação ao 4º trimestre de 2019, tais como Cloud (19,7%), Voz Avançada (11,3%) e Telemóvel (29,7%). Segundo publicação do IDC Brasil, a Embratel ocupa a 7ª posição dentre os líderes de TIC no Brasil, sendo a única empresa de Telecom dentre os TOP 10. No quarto trimestre lançamos diversas ofertas de produtos e serviços, dentre os quais destacamos: Multicloud Solutions, Office Home (solução modular para o Home Office), Claro Vídeo, Claro Alerta, Claro Score e Claro Mobility. **Satêlites de Comunicação:** A Companhia atua no mercado através de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (através de dados e voz, internet e telefonia)

ção) e por meio de uma Unidade de Negócios (Banda C e Banda Ku), redes a empresa assinou contrato para a construção da rede de satélites de comunicação de dados e voz, com previsão de lançamento das primeiras coberturas de satélites C3, C4 e D1, incluindo a visão da empresa e em toda a América Latina, fortalecendo sua posição de liderança regional.

5 - Desempenho Financeiro:

RS Milhões

Receita líquida Total

Serviços

Receita Móvel

Receita Fixa e Outros

Aparelhos

Interconexão

EBITDA

Margem EBITDA

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M20

12M19

%

4T20

4T19

%

12M2

CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

- continuação

Relatório de Administração 2020

e orientação para colaboradores e familiares foca não só na saúde física, mas também nos cuidados das relações, buscando proporcionar tranquilidade e conforto para todos em questões psicológicas, sociais, jurídicas e financeiras, com absoluta confidencialidade. Com o objetivo de manter os colaboradores atualizados e incentivar o auto-desenvolvimento, a Claro reforçou seus treinamentos digitais através da Conexão e, sua plataforma de desenvolvimento de pessoas. Neste ano, foram concluídos cerca de 600 mil treinamentos, em um total de 2.100 cursos disponíveis, envolvendo conteúdos de inovação, comerciais, técnicos e cuidados com a saúde e bem-estar. A Claro aplicou a MP 936 do Governo e, como forma de respeito e reconhecimento aos nossos colaboradores, apesar do cenário de crise, assumiu, por liberalidade, o compromisso de complementar o salário líquido mensal de todos os colaboradores afetados pela medida provisória, além de criar um canal exclusivo para atendimento e acompanhamento durante todo o período de vigência da MP, proporcionando assim mais tranquilidade e conforto. A Claro reforça seu compromisso e performance atenta em oferecer a melhor experiência na jornada dos colaboradores, construindo um ótimo ambiente onde todos tenham orgulho de trabalhar e pertencer. Agradecemos a dedicação de todos os funcionários e parceiros desta Companhia, que trabalharam incansavelmente para atender às necessidades e demandas de nossos clientes, neste ano especialmente desafiador para a humanidade. Continuamos em busca dos novos desafios para sempre superarmos as expectativas e a satisfação de nossos clientes, conectando pessoas, empresas e a sociedade como um todo. Agradecemos a todos com quem nos relacionamos, ao apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores, e à parceria de toda a comunidade. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	438.297	132.627	519.648	197.038	Fornecedores e outras contas a pagar	12	7.376.614	8.772.707	7.641.958	9.012.879
Contas a receber, líquidas	5	4.733.416	4.764.467	4.822.212	4.847.354	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.511.104	1.533.503	1.511.104	1.533.503
Partes relacionadas	16	1.488.089	2.269.086	1.491.831	1.460.821	Obrigações fiscais, líquidas	14	655.114	673.456	673.456	101.539
Estoques	6	413.381	295.801	413.638	291.220	Provisões	15	456.423	478.409	473.785	495.209
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	1.068.135	548.643	1.110.532	577.486	Partes relacionadas	16	3.906.537	3.778.399	3.420.425	2.520.457
Despesas antecipadas	8	1.157.326	989.318	1.162.086	991.973	Receitas diferidas	17	176.183	50.823	176.183	50.823
Outros ativos contratuais		226.794	224.789	226.794	224.789	Passivo atuarial	17	11.833	14.563	11.833	14.563
Ativo atuarial	17	135.928	135.928	135.928	135.928	Passivo de arrendamento	18	1.476.809	1.510.640	1.464.516	1.495.140
Outros ativos		121.909	196.388	131.233	211.517	Outras obrigações		399.368	412.240	419.617	434.681
		9.783.266	9.557.067	10.014.002	8.937.926			15.969.985	16.640.888	15.792.877	15.658.854
Não circulante						Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	1.593.683	1.836.305	1.600.465	1.845.449	Fornecedores	12	824.294	769.880	824.294	769.880
Tributos diferidos, líquidos	7.2	7.363.686	7.333.050	7.421.534	7.386.192	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	5.654.615	4.555.078	5.654.615	4.555.078
Depósitos e bloqueios judiciais	15	3.196.113	3.373.656	3.205.157	3.383.832	Obrigações fiscais, líquidas	14	145.018	145.018	145.177	145.177
Partes relacionadas	16	120.000	—	120.000	—	Provisões	15	7.799.434	7.400.399	7.790.603	7.402.182
Ativo atuarial	17	121.655	205.176	121.655	205.176	Partes relacionadas	16	18.525.871	22.336.815	18.525.871	22.336.815
Despesas antecipadas	8	1.243.365	1.170.326	1.243.567	1.170.731	Passivo atuarial	17	2.565.052	2.356.884	2.565.123	2.356.975
Outros ativos contratuais		17.977	11.883	17.977	11.883	Passivo de arrendamento	18	4.005.706	4.724.383	3.947.445	4.648.612
Outros ativos		112.164	81.036	112.164	82.378	Receitas diferidas		106.172	125.322	106.172	125.322
Investimentos	9	2.338.832	1.407.270	905.120	23.609	Outras obrigações		358.033	308.828	322.835	267.827
Imobilizado	10	40.010.258	40.662.737	40.764.757	41.410.570			39.984.195	42.722.517	39.882.181	42.607.728
Intangível	11	9.767.670	10.067.367	9.843.327	10.145.322	Patrimônio líquido	19	18.744.414	18.738.787	18.744.414	18.738.787
		65.885.403	66.148.822	65.375.723	65.065.400	Capital social		1.197.863	1.203.490	1.197.863	1.203.490
						Reserva de capital		549.885	18.292	549.885	18.292
						Reserva de lucros		(777.673)	(736.030)	(777.673)	(736.030)
						Prejuízos acumulados		—	(2.888.055)	—	(2.888.055)
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas		19.714.489	16.336.484	19.714.489	16.336.484
						Participação dos não controladores		—	—	178	210
						Total do patrimônio líquido		19.714.489	16.336.484	19.714.667	16.336.694
Total do ativo		75.668.669	75.705.889	75.389.725	74.603.326	Total do passivo e patrimônio líquido		75.668.669	75.705.889	75.389.725	74.603.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros e perdas em transações de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.722.516	1.219.759	—	4.141	—	(195.551)	(4.630.027)	15.108.609	227	15.108.836
Aumento de capital (Nota 19)	16.269	(16.269)	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	1.772.549	1.772.549	76	1.772.625
Efeito de outras movimentações de controladas	—	—	—	—	—	—	(4.195)	(4.195)	—	(4.195)
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	—	—	—	—	—	—	(1.874)	(1.874)	(93)	(1.967)
Atualização do passivo atuarial em controlada (Nota 17)	—	—	—	—	—	(538.605)	(538.605)	(538.605)	—	(538.605)
Reserva de incentivos fiscais (Nota 19)	—	—	—	26.382	—	—	(26.382)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.738.787	1.203.490	—	30.231	(12.231)	(736.030)	(2.888.055)	16.336.484	210	16.336.694
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	3.421.278	3.421.278	(13)	3.421.265
Reserva de incentivos fiscais (Nota 19)	—	—	—	505.013	—	—	(505.013)	—	—	—
Constituição de reserva legal (Nota 19)	—	—	26.580	—	—	—	(26.580)	—	—	—
Efeito de outras movimentações de controladas	—	—	—	—	—	—	(1.630)	(1.630)	—	(1.630)
Atualização do passivo atuarial em controlada (Nota 17)	—	—	—	—	—	(31.088)	(31.088)	—	—	(31.088)
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	—	—	—	—	—	(10.555)	(10.555)	—	(19)	(10.574)
Aumento de capital (Nota 19)	5.627	(5.627)	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.744.414	1.197.863	26.580	535.536	(12.231)	(777.673)	—	19.714.489	178	19.714.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)**

Notas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional, líquida	20	35.665.972	34.638.297	36.188.167
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	21	(20.136.016)	(19.040.051)	(19.477.358)
Lucro bruto		15.529.956	15.598.246	16.710.809
Despesas comerciais	21	(7.029.840)	(7.282.743)	(6.969.270)
Despesas gerais e administrativas	21	(2.476.044)	(2.695.932)	(2.883.256)
Resultado de equivalência patrimonial	9	94.111	(10.980)	57.145
Outras receitas operacionais, líquidas	21	672.708	520.875	659.588
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		6.790.891	6.129.466	6.796.731
Receitas financeiras	22	500.542	844.254	497.693
Despesas financeiras	22	(4.366.919)	(4.445.955)	(4.369.091)
Resultado, antes do imposto de renda e contribuição social		2.924.514	2.527.765	2.926.333
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	478.812	(351.296)	466.741
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	17.952	(403.920)	28.191
Lucro líquido do exercício		3.421.278	1.772.549	3.421.265
Atribuível aos acionistas controladores		3.421.278	1.772.549	3.421.278
Atribuível aos acionistas não controladores		—	—	(13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)**

Notas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício		3.421.278	1.772.549	3.421.265
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Perda na atualização do plano de benefício	(47.103)	(816.068)	(47.103)	(816.068)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre a perda na atualização do plano de benefício	16.015	277.463	16.015	277.463
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício:				
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	(10.555)	(1.874)	(10.574)	(1.967)
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	(41.643)	(540.479)	(41.662)	(540.572)
Total dos resultados abrangentes do exercício	3.379.635	1.232.070	3.379.603	1.232.052
Atribuível aos acionistas controladores	3.379.635	1.232.070	3.379.635	1.232.070
Atribuível aos acionistas não controladores	—	—	(32)	(17)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	3.421.278	1.772.549	3.421.265	1.772.625
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	8.029.006	7.677.199	8.089.992	7.793.072
Tributos diferidos, líquidos	(17.952)	403.920	(28.191)	397.017
Variações monetárias e cambiais	—	—	(12.204)	(1.967)
Provisão para perdas de crédito esperadas	660.935	780.473	664.679	778.218
Provisão para obsolescência no estoque	6.350	5.306	6.350	5.306
Baixa de imobilizado e intangível	116.806	49.558	129.959	58.417
Juros provisionados	3.086.235	3.257.669	3.086.490	3.258.280
Provisão para contingências	520.914	476.834	523.640	480.744
Provisão para desmantelamento de ativos	90.103	(19.850)	90.115	(19.850)
Equivalência patrimonial	(94.111)	10.360	(57.145)	331
	15.819.564	14.414.638	15.914.950	14.522.193
Atividades operacionais:				
Contas a receber	(629.864)	(540.041)	(639.537)	(821.320)
Estoques	(123.930)	37.253	(128.768)	34.595
Tributos a recuperar, líquidos	(237.060)	2.206.960	(242.558)	2.226.950
Partes relacionadas	(139.795)	(434.697)	(176.325)	(384.972)
Depósitos e bloqueios judiciais	212.866	(31.881)	213.998	(31.416)
Despesas antecipadas	(211.047)	(468.208)	(242.949)	(461.321)
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.329.679)	(1.029.836)	(1.303.321)	(1.042.150)
Obrigações fiscais, líquidas	565.174	(30.700)	568.581	(59.298)
Receitas diferidas	106.300	(54.006)	106.300	(54.006)
Provisões	(518.286)	(424.912)	(519.101)	(425.686)
Passivo de arrendamento	447.346	528.084	442.590	527.712
Outras obrigações circulantes e não circulantes	128.058	250.634	138.722	265.228
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	14.059.627	14.405.288	14.132.582	14.296.509
Atividades de investimento:				
Aquisições para imobilizado e intangível	(7.706.553)	(8.523.583)	(7.794.293)	(8.628.727)
Dividendos e juros sobre capital próprio	—	29.126	—	—
Aquisição de empresa	(12.048)	(12.000)	(12.048)	(12.000)
Mutuo concedido	(120.000)	—	—	(120.000)
Investimento em controladas	(13.800)	(276.537)	—	—
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	(7.852.401)	(8.792.954)	(7.926.341)	(8.640.727)
Atividades de financiamento:				
Financiamento, debêntures e mútuo pagos	(3.825.369)	(5.828.845)	(3.825.369)	(5.828.845)
Pagamento de arrendamento	(1.553.395)	(1.487.974)	(1.535.470)	(1.485.877)
Juros pagos	(3.022.792)	(2.940.505)	(3.022.792)	(2.940.505)
Financiamento, debêntures, mútuo obtidos de financiamentos	2.500.000	4.704.369	2.500.000	4.704.369
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(5.901.556)	(5.552.955)	(6.383.631)	(5.550.858)
Aumento no caixa e equivalente de caixa	305.670	69.339	322.610	104.924
Caixa e equivalentes de caixa por incorporações	—	444	—	—
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	132.627	62.814	197.038	92.114
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	438.297	132.627	519.648	197.038

CLARO S.A.

CNPJ nº 04.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Idéias Musicais, Serviços, Interactividad y Comunidad Audiovisual S.A. de C.V., Idéias Musicais S.A. (Argentina) e Idéias Musicais de Colombia S.A.S. Em 18 de dezembro de 2019 a controladora indireta da Companhia, América Móvil, adquiriu algumas empresas no exterior de acordo com a seguinte descrição: a controladora indireta da empresa brasileira Nextel Telecomunicações Ltda. ("Nextel"). No final de outubro de 2020, a ANATEL deu a anuência para consolidação das outorgas e frequências de serviço celular, o que permitirá que a Claro passe a deter participação acionária na Nextel. A consolidação das outorgas e frequências do serviço celular, foi realizada em 05 de fevereiro de 2021, conforme Nota 28 c). Conforme Fato Relevante publicado em 14 de dezembro de 2020, foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo Oi ("UIP Ativos Móveis"). A proposta foi feita em conjunto pela Companhia, Telefônica Brasil S.A. e TIM S.A. O valor da compra totaliza R\$16,5 bilhões, sendo a Companhia responsável pelo pagamento de R\$3,7 bilhões. Em 28 de janeiro de 2021 foi celebrado entre as partes o contrato de compra e venda de ações e outras avenças. A efetivação da aquisição pelas compradoras da UIP Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das compradoras adquira ações de uma SPE contendo sua parte dos ativos. O fechamento da aquisição está sujeito a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e que estão previstas no contrato, dentre as quais incluem as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso. A Companhia e as operadoras de telefonia Brasil S.A., Algar Celular S.A. e TIM Celular S.A. adquiriram, através de leilão realizado pela ANATEL, em dezembro de 2014, radiofrequência na faixa de 700MHz nacionais para a prestação do SMP, e em atendimento às obrigações do leilão, concluíram em 02 de março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização da forma econômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, conforme Notas 11 e 16. Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pela Companhia e suas controladas:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local); Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional; Serviço Móvel Pessoal (SMP); Serviço de Comunicação Multimídia (SCM); Serviço de Acesso Condicionado (SeAC); Serviço Móvel Marítimo (SMM); Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS); Serviço Limitado Especializado - Circuito e Rede Especializado (SLE).
TbB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

A Companhia possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal ("SMP") por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos					
	450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz	1900 - 3G 2100 MHz	4G 2500 MHz *** 4G 700 MHz
Acre	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Rorônia	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Tocantins	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Distrito Federal	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Mato Grosso	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Mato Grosso do Sul	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Goiás	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Bahia	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Abri, 2023	Outubro, 2027
Sergipe	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032	Abri, 2023	Outubro, 2027
Alagoas	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abri, 2023	Outubro, 2027
Ceará	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abri, 2023	Outubro, 2027
Paraíba	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abri, 2023	Outubro, 2027
Piauí	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abri, 2023	Outubro, 2027
Pernambuco	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abri, 2023	Outubro, 2027
Rio Grande do Norte	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Abri, 2023	Outubro, 2027
Paraná	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Paraná (Norte)	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Santa Catarina	-	-	Dezembro, 2032	Dezembro, 2032**	Abri, 2023	Outubro, 2027
Rio de Janeiro	-	-	-	-	Abri, 2023	Outubro, 2027
Espírito Santo	-	-	-	-	Abri, 2023	Outubro, 2027
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	Abri, 2023	Outubro, 2027
São Paulo - Capital	Outubro, 2027*	-	-	-	Abri, 2023	Outubro, 2027
São Paulo - Interior	-	-	-	-	Abri, 2023	Outubro, 2027
Minas Gerais	-	-	-	-	Abri, 2023	Outubro, 2027
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	-	-	Abri, 2023	Outubro, 2027
Amazonas	Outubro, 2027	Abri, 2023	-	Dezembro, 2022	Abri, 2023	Outubro, 2027
Maranhão	Outubro, 2027	Abri, 2023	-	Dezembro, 2022	Abri, 2023	Outubro, 2027
Roraima	Outubro, 2027	Abri, 2023	-	Dezembro, 2022	Abri, 2023	Outubro, 2027
Amapá	Outubro, 2027	Abri, 2023	-	Dezembro, 2022	Abri, 2023	Outubro, 2027
Para	Outubro, 2027	Abri, 2023	-	Dezembro, 2022	Abri, 2023	Outubro, 2027

* Inclui código nacional 12. ** Alguns blocos vencem em abril de 2023. *** Além do bloco nacional com vencimento em Outubro, 2027 a Claro tem 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 19 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 22/2015) com vencimento em agosto de 2031. (Direito de Exploração de Satélite: Em setembro de 2020, foi deliberado, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"), o aumento do capital na Tvsat pela controlada TbB no montante de R\$830.816, oriundo de aumento de capital da Companhia na TbB, através de cessão de ativos imobilizados (transponders, estação terrena e outros) e transferência da titularidade dos direitos de exploração de satélites. A Companhia possui as seguintes autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélites:

Tipo	Número	Posição Orbital	Data de Emissão	Vencimento (15 anos)
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W - Banda C	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 12/2007	92°W - Banda C	13/11/07	12/11/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W - Banda Ku	08/10/03	12/11/23
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W - Banda C e Ku	27/02/07	26/02/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W - Banda Ka e Ku (Planjeiro)	28/03/12	27/03/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W - Banda Ka e Ku	06/02/12	05/02/27

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis à prestação dos serviços, objeto das concessões. Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, sublocados ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Os demais serviços de telecomunicações prestados pela Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens. **Análise sobre risco de continuidade operacional:** Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$5.778.875. No entanto, o total do capital circulante líquido, R\$1.923.594, refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações. **Pandemia da Covid-19 e seus impactos:** Neste 2020 extremamente atípico e desafiador, marcados pela pandemia da Covid-19 que perdurou durante praticamente todo o ano, não podemos destacar as principais medidas da Companhia que visaram atenuar os efeitos da pandemia para seus clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e para a sociedade de uma forma geral. Em apoio aos clientes massivos, procura-se desde o início do isolamento social manter os canais conectados, incentivando serviços por meio de canais digitais e flexibilizando as condições de pagamento para os mais impactados. E como incentivo para que todos se mantivessem saudáveis e seguros em casa, a Claro abriu gratuitamente alguns de seus canais de TV por assinatura e apoiou a transmissão em sua programação das principais apresentações musicais ao vivo neste período, com foco em entreter seus clientes neste período extremamente difícil. Para os clientes de pequenas e médias empresas, altamente afetados pelo isolamento social, tais clientes passaram a contar com a plataforma "Push do Bem", através da qual pequenas empresas podem anunciar seus produtos ao mercado, 100% online, mantendo as vendas e necessárias ao negócio, e que preservassem a saúde, a segurança e a tranquilidade dos colaboradores e seus familiares. A Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia aos clientes, fornecedores e parceiros, colaboradores e à sociedade de uma forma geral, assim como em tomar as medidas necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira e a liquidez dos negócios. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação, e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e o suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificados como disponíveis para venda. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução do valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização do imposto de renda devido. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos

anualmente. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisões e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2021. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas do exercício comparativo foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre os períodos com o período corrente, porém, devido à imaterialidade dos montantes, não são mostrados detalhadamente. **3. Políticas contábeis:** **3.1. Bases de consolidação e combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como o destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2020	2019
TbB	100,00%	100,00%
BrasilCenter	100,00%	100,00%
Reyc	100,00%	100,00%
Idéias Musicais S.A. (Argentina)	90,00%	90,00%
Idéias Musicais de Colombia S.A.S.	100,00%	100,00%
Idéias LLC (EUA)	100,00%	100,00%
Idéias Musicais S.A. de C.V. (México)	99,99%	99,99%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data da aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida. Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possui: a) Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade de afetar os resultados da investida); b) Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e c) Capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento. Quando a Companhia tem menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se o seu poder sobre uma investida, incluindo: a) O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida; b) Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; c) Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais; d) Mudança na participação sobre uma controlada que no resultado em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. Em 19 de setembro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das ações ordinárias de emissão da Ustore Software e Serviços de Informática S.A. ("Ustore") no montante de R\$24.000 (dos quais R\$22.836 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação à totalidade das ações remanescentes exercíveis conforme os termos e condições previstos. Em 31 de agosto de 2020, foi finalizado o laudo de Alocação do Preço de Compra (PPA - Purchase Price Allocation), da empresa Ustore pela Companhia, sendo do total do ágio foram alocados R\$9.812 ao Intangível e R\$3.336 ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo. A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contrapartida transferida para a aquisição de uma empresa é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. **3.2. Novas políticas contábeis:** Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2020 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas

Deliberação CVM Nº835, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) que revisou novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como critérios de reconhecimento de ativos e passivos.

Alterações: para esclarecer a definição de negócio.

IFRS 3/CPC 15 (R1) - Business Combinations/ Combinação de negócios.

Alterações: relativas a questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.

IFRS 7/CPC 40 (R1) - Financial Instruments: Disclosures/Instrumentos Financeiros: Divulgações.

Alterações: relativas a questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.

IFRS 8/CPC 48 - Financial Instruments/Instrumentos Financeiros.

Alterações: relativas a questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.

IAS 39/CPC 38 - Financial Instruments: Recognition and Measurement/Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Alterações: relativas a questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Leases/Operações de arrendamento mercantil.

Deliberação CVM Nº859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 que estabelece alterações em decorrência de impactos relacionados à Covid-19: custos para arrendatários em contratos de arrendamento.

IAS 1/CPC 26 (R1) - Presentation of Financial Statements/Apresentação das demonstrações financeiras.

Alteração: definição do material (emendas a IAS 1 e IAS 8).

Alteração no IAS 8/CPC 23 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors/Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros.

Novos pronunciamentos com vigência em exercícios futuros: Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, não houve impacto nas demonstrações financeiras.

continua - 52 -

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

-continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS foram publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória.

Normas e Emendas à Normas	Vigências
IFRS 1/CPC 43 (R1) - <i>First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i> Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro.	Alterado por melhorias anuais para as normas IFRS 2018-2020 (subsidiária como adiante pela primeira vez)
IFRS 3/CPC 15 (R1) - <i>Business Combinations</i> Combinações de negócios.	Alterado por referência à estrutura concorrente (emendas à IFRS 3)
IFRS 9/CPC 48 - <i>Financial Instruments</i> Instrumentos Financeiros.	Alterado pelas melhorias anuais das normas IFRS 2018-2020 (taxas, no test "0/0", para desreconhecimento de passivos financeiros)
IFRS 10/CPC 36 (R3) and IAS 28/CPC 18 (R2) - <i>Investment Entities: Applying the Consolidation Exception</i> Aplicando a Exceção na Consolidação.	Alteração data efetiva das emendas à IFRS 10 e IAS 28
IAS 1/CPC 26 (R1) - <i>Presentation of Financial Statements</i> Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterado pela classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)
IAS 16/CPC 27 - <i>Intangible Assets</i> Ativos Intangíveis.	Alterado por imobilizado - Produto antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)
IAS 37/CPC 25 - <i>Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i> Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Alterado por contratos onerosos - custo do cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)
IFRS 17 - <i>Insurance Contracts</i> Contratos de Seguros - irá substituir a IFRS 4/CPC 11.	
IAS 1/CPC 26 (R1) - <i>Presentation of Financial Statements</i> Apresentação das demonstrações financeiras.	O IASB adia a data efetiva de Classificação de Passivos como Atual ou Não Atual (Alterações à IAS 1)

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação das normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2021 não terão impacto nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. 3.3. **Contas e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 22. 3.4. **Instrumentos financeiros:** a) **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) a valor justo por meio de resultado. A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas contrapartidas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais. Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser negociados imediatamente a valor justo. Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados ao custo amortizado, menos as provisões para perdas por crédito esperadas, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; b) Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por falta de uma conexão substancial relação; c) O ativo financeiro não é mais relacionado ao ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência a uma entidade que não seja relacionada ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo; b) **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devam ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito do instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses ou para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência. c) **Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas contrapartidas são: fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluindo derivativos de opções, que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Passivos financeiros a custo amortizado:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for rescindida, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro não tem sido substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados. Mensuração do valor justo: A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na pressuposição de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá. a) **Princípio de mercado:** O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas. O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado agem no seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que irá usar o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada do nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possui acesso na data da mensuração; **Nível 2** - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; **Nível 3** - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável. Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas. b) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial, e o montante se houver um direito líquido certo e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.5. **Contas a receber, líquidas:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratuais menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não futuros até as datas dos balanços e as despesas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, smartcards, serviços de satélites e acessórios. A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.3.6. Tran-

sações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos após 31/12/20. Os ganhos e perdas cambiais decorrentes de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. 3.7. **Estoque:** Representados substancialmente por aparelhos handsets, colares, smartcards, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa realizabilidade ou obsolescência são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.3.8. **Investimentos:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na aquisição de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial. Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. O ágio fundamentado em rentabilidade futura (potencial relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem tratado separadamente em relação ao seu valor recuperável. O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação dos testes de avaliação. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. 3.9. **Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício. Os ganhos ou prejuízos decorrentes da venda de ativos são registrados no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme Nota 10. **Ativos imobilizados sob arrendamento:** Os custos de depreciação acumulados são ajustados para mudanças por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição do parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros decorrentes de alterações de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor. **Ativos de direito de uso:** Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados no ano e antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustadas por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento decorrente de alterações de direito de uso, sempre que. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivo de arrendamento:** O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na avaliação do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. O passivo de arrendamento é revisado anualmente, quando ocorre o evento ou condição que gera esse custo de uso, sempre que. Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por uma taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo do juro e reduzido por os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros regulares de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento:** A Companhia reconhece o passivo do arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS. 3.11. **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de início da operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser emitidas no início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, descrito na Nota 11. Incluem também, os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio registrados as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos). A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado são reconhecidas no resultado sob a rubrica resultado financeiro. Quando o custo de amortização, com base no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva. 3.12. **Provisão para recuperação de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos ativos: a) **Ativo:** O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente no caso de encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. b) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data de encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização decorrente da redução de valor contábil. As principais premissas usadas para avaliar a perda por desvalorização são: a) **Ativos Intangíveis:</**

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

O parte das atividades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. Os seus dados são probes baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças da interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições operacionais da Companhia e da forma de aplicação da legislação da Administração e requerido para o término o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, conforme base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Vale justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados nos balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação apropriadas. O custo de aquisição de investimentos é baseado nos preços praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os custos utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A Companhia também avalia os efeitos potenciais de eventos previstos para causas físicas, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas: como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias. *Ativo de participação em outras empresas:* Os investimentos financeiros ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam essas estimativas e pressupostos pelo menos uma vez a cada trimestre. *Prestação de serviços:* A Companhia reconhece o efeito econômico das prestações no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 15. *Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego:* O custo do benefício definido e o valor presente da obrigação o plano de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios da assistência médica pós-emprego são determinados com base em premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxa de mortalidade, aumentos futuros de benefícios do aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. *Auxílio de família:* Para determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis. Notas e debêntures emitidas pela Companhia são consideradas equivalentes à dívida soberana. O custo da obrigação atuarial do benefício definido do cada benefício. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas nesses países. Aumentos futuros de salários e de benefícios do aposentadoria são baseados na política de recursos humanos da organização considerando o papel dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma combinação de aumento de despesas médicas e aumento de custos de seguros de saúde e despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, ver Nota 17. *Provisão para perdas por créditos esperadas:* A provisão para perdas por créditos esperadas foi determinada como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em aceitar pagamentos de clientes. A administração também considera a possibilidade de perda por eventualidade passada e considera principalmente a inadimplência esperada. *Provisão para desmantelamento de ativos:* A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrados em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados. O valor presente do custo correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão foram satisfatórios. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa corrente incorrida. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados durante o período de construção. Os custos futuros de manutenção e substituição são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. *Arrendamento - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita de arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental por prazo semelhante e com garantimento similar, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. O prazo médio da vida útil dos ativos é utilizado para determinar o prazo semelhante. *Receitas diferidas:* Os resultados da Companhia e suas controladas, constituíram provisão para participação do empregado nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual. **3.16. Receitas diferidas** Representam, principalmente, pela receita referente aos créditos de diferença de colunas pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os créditos são utilizados. Os créditos representam o direito de transmissão de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica, e outros meios de comunicação de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação MERCOSUL, sempre aprovadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos. **3.17. Outros ativos e passivos.** Um reconhecimento no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas com base em análises das melhores estimativas do risco e do valor envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulates quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra dentro de 12 meses. **3.18. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros esperada para o período de tempo relevante. **3.19. Despesas e custos acumulados:** Despesas e custos acumulados incluem despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer o seu conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são relacionados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implicadas aplicadas são consideradas razoáveis. **3.20. Reconhecimento de receita:** A Companhia e suas controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamento e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, internet e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos de telefonia entre seus elementos. A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a condição de transferência de controle de propriedade. Quando o cliente transfere o controle de um ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto, a Companhia realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho e

base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita da venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos é a receita de serviços pelo período do contrato. A Companhia e suas controladoras prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidades satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados, o que tem uma importância significativa para a receita de serviços. As receitas de serviços quando os serviços são prestados, incluindo laturados e não laturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente do assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os laturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os créditos de recarga de cartões de telefonia móvel, são registrados de acordo à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago. As receitas da venda de mercadorias (aparelhos celulares, acessórios e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam auferidos pela Companhia e suas controladoras. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

3.20. Subvenção e assistências governamentais: A Companhia possui benefícios fiscais advindos de subvenções e assistências governamentais que reduzem as bases do IRPJ e da CSLL. A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos fiscais, em conformidade com a artigo 195-A da Lei 6.404/76, são destinadas para o pagamento de obrigações tributárias. Os benefícios fiscais são utilizados para o cálculo de dividendos obrigatórios, e utilizados apenas para aumento do capital ou na absorção de prejuízos 3.21. **Resultado financeiro:** Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreende também o resultado líquido das operações de câmbio, derivativos, CDOs, CDOs (arbitros calculados sobre receitas de múltiplas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável). 3.22. **Participações de não controladores:** Refere-se à participação de não controladores na controlada Idias Musicais S.A. (Argentina). 3.23. **Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) sobre o fluxo de caixa de demonstrações de fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	89.722	132.131	171.073	196.542
Aplicações Financeiras	348.575	496	348.575	496
	438.297	132.627	519.648	197.038

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência, são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

5. Contas a receber, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Venda de aparelhos celulares e acessórios	855.320	791.144	856.648	791.468
Serviços de voz, dados e outras	5.446.417	5.732.352	5.545.974	5.826.248
Administradoras estrangeiras	25.964	25.054	26.378	25.412
	6.327.701	6.548.519	6.429.000	6.643.128

Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.594.285)	(1.784.032)	(1.606.788)	(1.795.773)
	<u>4.733.416</u>	<u>4.764.487</u>	<u>4.822.212</u>	<u>4.847.354</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	3.533.386	3.423.403	3.603.913	3.468.421
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	1.169.105	1.192.468	1.169.352	1.205.846
De 31 a 60 dias	300.187	324.317	310.010	332.913
De 61 a 90 dias	225.938	279.905	237.746	289.133
Mais de 90 dias	1.099.085	1.328.426	1.107.979	1.346.800
	6.327.701	6.548.519	6.429.000	6.643.122

	<u>6.327.701</u>	<u>6.346.313</u>	<u>6.428.000</u>	<u>6.443.12</u>
A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas como se segue:	Controladora	Consolidado		

	2020	2019	2020	2019
Saldo Inicial	1.784.032	2.119.268	1.795.773	2.137.422
Provisão constituída	660.935	780.473	654.679	778.218
Baixa de provisão (1)	(850.682)	(1.115.729)	(853.664)	(1.119.874)
Saldo Final	1.594.285	1.784.032	1.606.788	1.795.773

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Estoques de aparelhos para revenda	316.417	228.995	316.417	216.321
Matérias para manutenção de rede e assistência técnica	98.024	82.540	98.024	90.377
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios				

Outros	<u>16.821</u>	<u>15.361</u>	<u>17.078</u>	<u>15.611</u>
--------	---------------	---------------	---------------	---------------

	462.200	344.694	462.457	340.111
Provisão para perdas em estoques	(48.819)	(48.893)	(48.819)	(48.893)
	<u>413.381</u>	<u>295.801</u>	<u>413.638</u>	<u>291.218</u>

g. A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Controladora/ Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	48.893	46.650
Provisão constituída	6.350	5.300
Baixas	(6.424)	(3.060)
Saldo final	48.819	48.890

A provisão para perdas em estoques é constituída com base nos itens e

te, estoque com baixa movimentação.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS a recuperar ⁽¹⁾	1.199.764	951.389	1.221.151	966.05
Imposto do renda retido na fonte ⁽²⁾	920.025	335.894	920.025	335.89
Imposto do renda e contribuição social a recuperar ⁽³⁾	186.129	445.879	194.960	455.95
PIS/COFINS ⁽⁴⁾	347.003	393.002	347.003	394.4
PIS/COFINS ⁽⁵⁾	-	169.890	-	169.89
Outros	8.897	85.894	27.838	100.89
Total	2.661.814	2.384.348	2.710.997	2.423.13
Circulante	1.068.138	1.548.643	1.110.532	577.4
Non circulante	1.593.683	1.836.305	1.600.465	1.845.6

continue—

CLARO S.A. CNPJ nº 00.432.544/0001-47

-52- continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado de outra forma)

Os créditos de ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização. ⁽¹⁾ Predominantemente, são créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas dos seus máximos "Claro", a serem realizadas para compensação de IRRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002. Adicionalmente, em 2020 com as recentes Soluções de Consulta Cosit nºs 11 e 15, de março de 2020 que confirmam a natureza interpretativa da LC 160/2017 e a possibilidade de aplicação retroativa da norma, a Companhia passou a beneficiar-se dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar citada e no art. 30 da Lei 12.973/2014. Com base nessa decisão o lucro tributável de 2018 e 2019 foi recalculado, gerando uma redução do tributo a pagar e recomposição do crédito utilizado no montante de R\$550.728 (R\$292.083 referente a 2018 e R\$258.645 referente a 2019). Em 31 de dezembro de 2020 foi utilizado o montante de R\$128.630 para compensação do IRRPJ e CSLL de ano. ⁽²⁾ Conforme mencionado na referência 2, além de recompor o IRRPJ de lucros do exterior, ao adotar o benefício fiscal da subvenção ICMS e recalculamos o lucro tributável de 2018 e 2019 foi gerado crédito em decorrência da redução do tributo a pagar no montante de R\$105.917 (R\$51.335 referente a 2018 e R\$54.582 referente a 2019). Em 2019 foi constituído, no montante de R\$387.159, créditos decorrentes de ação judicial na qual foi reconhecida a não incidência dos IRRPJ e da CSLL sobre o Lucro Inflacionário (lucros gerados ocorridos nos anos de 1990 a 1994). Em maio de 2020, a Companhia reconheceu um complemento do crédito no valor de R\$245.594 (R\$243.410 de principal e R\$2.184 Selic). O crédito foi utilizado integralmente para compensação de tributos federais. ⁽³⁾ Durante 2019 houve registros de créditos referente a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante total de R\$33.055 (R\$15.195 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$17.860 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro) decorrente da ação judicial, transitada em julgado no primeiro trimestre de 2019 da Companhia, referente ao período de 2005 a 2010. ⁽⁴⁾ Trata-se do crédito fiscal oriundo do pagamento a maior do tributo FINSOCIAL, nos períodos-base de setembro de 1989 a março de 1992. A Claro obtve o direito a maior crédito fiscal através de decisão judicial transitada em julgado no mês de setembro de 2014, oriundo da incorporada Embraer. Referido ativo fiscal foi objeto de execução contra a União, tendo sido recebido nos anos de 2020 e 2017. ⁽⁵⁾ Tributos diferidos, líquidos: O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprevisíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando desdobramento de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a realização futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2020			2019		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	2.827.831	1.029.146	3.856.977	2.711.710	987.497	3.699.207
Provisão para perdas de crédito esperadas	698.183	251.346	949.529	847.681	305.165	1.152.846
Provisão para contingências	1.503.009	541.083	2.044.092	1.392.752	501.391	1.894.143
Tributos com exigibilidade suspensa	496.719	178.819	675.538	478.249	172.170	650.419
Crédito fiscal incorporado ⁽¹⁾	61.037	21.973	83.010	204.423	73.592	278.015
Plano atuarial	576.836	207.661	784.497	535.588	192.812	728.400
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	1.558	561	2.119	-	-	-
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	82.288	29.624	111.912	54.259	19.534	73.793
Outras diferenças temporárias	615.308	221.511	836.819	604.521	217.628	822.149
	6.876.082	2.486.517	9.362.599	6.844.290	2.478.219	9.312.509
Passivo fiscal diferido						
Correção monetária especial	(18.915)	(8.809)	(25.724)	(18.915)	(8.809)	(25.724)
Plano atuarial	(98.419)	(35.431)	(133.850)	(98.975)	(35.631)	(134.606)
Ágio em aquisições ⁽²⁾	(584.322)	(183.233)	(767.555)	(590.635)	(185.505)	(776.140)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(601.034)	(216.372)	(817.406)	(548.424)	(197.433)	(745.857)
Depreciação acelerada ⁽³⁾	(21.358)	(7.905)	(29.263)	(91.312)	(32.872)	(124.184)
Inovação Tecnológica	(31.246)	(11.249)	(42.495)	-	-	-
Outras diferenças temporárias	(91.308)	(32.866)	(124.172)	(93.265)	(33.541)	(126.806)
	(1.447.200)	(493.865)	(1.941.065)	(1.441.526)	(491.791)	(1.933.317)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.428.882	1.992.652	7.421.534	5.402.764	1.986.428	7.389.192

⁽¹⁾ Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Conforme Instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R1) emitida pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R\$975.023, em 31 de dezembro de 2014. ⁽²⁾ Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e integralizado oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV, ESC 90 e BrTel. ⁽³⁾ Depreciação acelerada fiscal dos ativos C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	2020			2019		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.454.902	2.002.068	7.456.970			
Constituição	257.688	92.726	350.414			
Realização	(350.737)	(120.165)	(470.902)			
Incorporação ⁽¹⁾	1.861	714	2.575			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.363.717	1.969.343	7.333.060			
Constituição	408.366	146.856	555.222			
Realização	(385.733)	(138.863)	(524.596)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.386.350	1.977.336	7.363.686			

⁽¹⁾ Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 9.

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2020	2020	2019	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.500.276	2.018.447	7.518.723			
Constituição	259.665	63.724	323.389			
Realização	(357.177)	(98.743)	(455.920)			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.402.764	1.983.428	7.386.192			
Constituição	402.130	144.583	546.713			
Realização	(375.012)	(135.359)	(510.371)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.428.882	1.992.652	7.421.534			

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2020	2020	2019	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.259.557	2.035.712	2.259.557	2.035.712		
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes ⁽¹⁾	71.589	64.917	71.844	65.014		
Seguros	18.936	11.245	18.936	11.245		
Propaganda e publicidade	50.629	47.720	55.115	50.733		
Outros	2.400.691	2.159.644	2.405.553	2.162.704		
Circulante	1.157.326	889.318	1.162.066	991.973		
Não circulante	1.243.365	1.170.326	1.243.567	1.170.731		
	2.259.557	2.035.712	2.259.557	2.035.712		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.259.557	2.035.712	2.259.557	2.035.712		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.259.557	2.035.712	2.259.557	2.035.712		

⁽¹⁾ Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

Despesas antecipadas:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2020	2020	2019	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.259.557	2.035.712	2.259.557	2.035.712		
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes ⁽¹⁾	71.589	64.917	71.844	65.014		
Seguros	18.936	11.245	18.936	11.245		
Propaganda e publicidade	50.629	47.720	55.115	50.733		
Outros	2.400.691	2.159.644	2.405.553	2.162.704		
Circulante	1.157.326	889.318	1.162.066	991.973		
Não circulante	1.243.365	1.170.326	1.243.567	1.170.731		
	2.259.557	2.035.712	2.259.557	2.035.712		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.259.557	2.035.712	2.259.557	2.035.712		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.259.557	2.035.712	2.259.557	2.035.712		

⁽¹⁾ Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

Despesas antecipadas:

Saldo em 31/12/2018

Saldo em 31/12/2019

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020

Saldo em 31/12/2020</

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências ⁽¹⁾	Cessão de ativos ⁽²⁾	Direito de uso em arrendamento (b)	Saldo em 31/12/2020
Depreciação	3, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 15 e 25	(51.246.181)	(4.132.435)	456.470	91	1.374.865		(53.553.190)
Equipamentos de transmissão		(6.913.373)	(426.235)	35.110	(111)			(7.303.609)
Infraestrutura	5, 10, 12, 15, 20, 25 e 30	(14.781.118)	(1.008.316)	40.535	(18)			(15.748.917)
Equipamentos de comunicação	3, 4, 5, 7, 10 e 15	(847.480)	(27.913)	344				(875.049)
Prédios	20 e 25	(4.152.012)	(269.028)	13.253	36			(4.407.751)
Outros ativos imobilizados	5, 13, 15 e 25	1.347.355	2.051					1.349.406
Ajuste ao valor de realização		(76.592.799)	(5.860.876)	539.712	(2)	1.374.865		(80.539.100)
Imobilizado em operação e andamento		(1.027.371)					(1.204.852)	(2.232.223)
Direito de uso em arrendamento (b)		(77.620.170)	(5.860.876)	539.712	(2)	1.374.865	(1.204.852)	(82.771.323)
Total		41.410.570	1.195.862	(122.061)	(25.081)	(830.816)	(843.717)	40.784.757

⁽¹⁾ Representam transferências do imobilizado em andamento para operação bem como para o intangível. ⁽²⁾ O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção da rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e construção de satélites pela Companhia. ⁽³⁾ Refere-se aos bens cedidos pela Companhia para aumento de capital da controlada TdS, conforme Nota 9. ⁽⁴⁾ Movimentação do direito de uso em arrendamento: incluem contratos de aluguel enquadrados na nova regra da IFRS 16/CPC 06 (R2). Refere-se principalmente a arrendamento de lojas, terrenos, espaço em torres de terceiros, infraestrutura de rede, dentre outros.

	Vida útil estimada em anos	Adoção inicial em 01/01/2019	Adições	Amortização de direito de uso	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortização de direito de uso	Saldo em 31/12/2020
Equipamentos de transmissão	7	85.932	87.758	(23.493)	148.197	148.197		148.197
Prédios	5	107.916	91.267	(40.263)	114	159.034		159.034
Infraestrutura	3, 4 e 8	5.668.769	1.160.415	(1.110.842)	1.705	5.720.047		5.720.047
Direito de uso em arrendamento, líquido		5.862.617	1.339.440	(1.176.598)	1.819	6.027.278		6.027.278

	Vida útil estimada em anos	Adoção inicial em 01/01/2019	Adições	Amortização de direito de uso	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortização de direito de uso	Saldo em 31/12/2020
Equipamentos de transmissão	7	148.197	12.012	(26.993)	133.216	133.216		133.216
Prédios	5	159.034	(27.241)	(40.557)	91.236	91.236		91.236
Infraestrutura	3, 4 e 8	5.720.047	359.770	(1.150.429)	4.929.615	4.929.615		4.929.615
Direito de uso em arrendamento, líquido		6.027.278	344.541	(1.217.752)	5.154.067	5.154.067		5.154.067

⁽¹⁾ Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências ⁽¹⁾	Cessão de ativos ⁽²⁾	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências ⁽¹⁾	Mais-valia ⁽³⁾	Saldo em 31/12/2020
Custo	14.483.920	47.864	-	1.650	-	14.533.434	47.991	-	12.029	-	14.593.454
Licenças de outorga ⁽⁴⁾	4.497.294	2.007	(18)	625.753	(253.913)	5.125.151	-	(16.604)	205.019	9.812	5.323.378
Direito de uso de software	3.706.852	-	-	3.473	-	3.706.852	-	-	-	-	3.706.852
Agio	1.600.455	55.275	-	-	-	1.659.203	-	-	341.322	-	2.000.525
Direito de uso de circuitos e passagens	92.142	-	-	100	-	92.243	-	-	-	-	92.243
Fundo de comércio	318.267	-	-	-	-	318.267	-	-	1.307	-	319.574
Outros ativos intangíveis	1.562.291	-	-	-	-	1.562.291	-	-	-	-	1.562.291
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	(157.725)	-	-	-	-	(157.725)	-	-	-	-	(157.725)
Ajuste ao valor de realização	314.598	222.415	-	(265.539)	(139)	445	669.596	-	(539.942)	-	405.136
Intangível em andamento	26.418.095	327.561	(18)	395.441	(254.052)	27.111.200	71.587	(16.604)	19.735	9.812	27.811.730
Total	26.418.095	327.561	(18)	395.441	(254.052)	27.111.200	71.587	(16.604)	19.735	9.812	27.811.730

⁽¹⁾ Representam transferências do intangível em andamento para operação, bem como do imobilizado para o intangível. ⁽²⁾ As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal. ⁽³⁾ Refere-se aos bens cedidos pela Companhia para aumento de capital da controlada TdS, conforme Nota 9. ⁽⁴⁾ Incorporação da controlada PMS pela Companhia, conforme Nota 9. ⁽⁵⁾ Trata de mais-valia da Ustore, conforme Nota 9.

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências ⁽¹⁾	Mais-valia ⁽²⁾	Saldo em 31/12/2020
Licenças de outorga ⁽³⁾	14.483.920	47.863	-	1.650	14.533.433	47.991	-	12.029	-	14.593.453
Direito de uso de software	4.497.294	2.007	(18)	671.646	5.125.151	153	(16.604)	227.189	9.812	5.646.423
Agio	3.706.853	-	-	5.425.873	3.706.853	-	-	-	-	3.706.853
Direito de uso de circuitos e passagens	1.612.072	55.274	-	3.473	1.670.819	-	-	341.322	-	2.012.141
Fundo de comércio	92.142	-	-	100	92.242	-	-	-	-	92.242
Outros ativos intangíveis	331.297	463	(78)	-	331.682	1.172	(1)	1.307	-	334.160
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.564.352	-	-	-	1.564.352	-	-	-	-	1.564.352
Ajuste ao valor de realização	(166.037)	-	-	-	(166.037)	-	-	-	-	(166.037)
Intangível em andamento	316.097	232.410	-	(269.086)	279.331	688.239	-	(556.768)	-	410.802
Total	26.692.469	338.392	(96)	407.783	27.438.548	737.555	(16.605)	25.079	9.812	28.194.389

⁽¹⁾ Representam transferências do intangível em andamento para operação, bem como do imobilizado para o intangível. ⁽²⁾ As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal. ⁽³⁾ Refere-se aos bens cedidos pela Companhia para aumento de capital da controlada TdS, conforme Nota 9. ⁽⁴⁾ Trata de mais-valia da Ustore, conforme Nota 9.

	Controladora	Consolidado	Controladora/Consolidado	Não	Total
12. Fornecedores e outras contas a pagar:					
12.1 Fornecedores					
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços	6.984.449	5.508.528	7.249.793	5.748.662	
Fornecedores diversos	116.733	127.848	116.733	127.848	
Interconexão e roaming	78.013	73.251	78.013	73.251	
Cabilling	7.179.195	5.709.627	7.444.539	5.949.799	
12.2 Outras contas a pagar:					
Fornecedores - cessão de crédito (1)	1.021.713	3.832.960	1.021.713	3.832.960	
Total fornecedores e outras contas a pagar	8.200.908	9.542.587	8.466.252	9.767.759	

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências ⁽¹⁾	Mais-valia ⁽²⁾	Saldo em 31/12/2020
Licenças de outorga ⁽³⁾	14.483.920	47.863	-	1.650	14.533.433	47.991	-	12.029	-	14.593.453
Direito de uso de software	4.497.294	2.007	(18)	671.646	5.125.151	153	(16.604)	227.189	9.812	5.646.423
Agio	3.706.853	-	-	5.425.873	3.706.853	-	-	-	-	3.706.853
Direito de uso de circuitos e passagens	1.612.072	55.274	-	3.473	1.670.819	-	-	341.322	-	2.012.141
Fundo de comércio	92.142	-	-	100	92.242	-	-	-	-	92.242
Outros ativos intangíveis	331.297	463	(78)	-	331.682	1.172	(1)	1.307	-	334.160
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.564.352	-	-	-	1.564.352	-	-	-	-	1.564.352
Ajuste ao valor de realização	(166.037)	-	-	-	(166.037)	-	-	-	-	(166.037)
Intangível em andamento	316.097	232.410	-	(269.086)	279.331	688.239	-	(556.768)	-	410.802
Total	26.692.469	338.392	(96)	407.783	27.438.548	737.555	(16.605)	25.079	9.812	28.194.389

⁽¹⁾ Para alguns investimentos de mais longo prazo, a Companhia negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos do pagamento. Nestes casos, a Companhia anula a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação do contas a receber destes fornecedores. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a Companhia.

continua

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

a) **Debitores:** No vencimento, 16 de outubro de 2020, a Companhia liquidou 1.500.000 de debêntures emitidas a partir de emissão da Companhia, no valor de R\$1.500.000 de principal e R\$17.622 de juros remunerados a 102,9% de CDI, emitidas em 25 de outubro de 2017. Em 30 de janeiro de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de 2.500.000 de debêntures quinquenárias (deca emissão), não convertíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00 (hum mil reais), totalizando R\$2.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 0,96%, juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2020, e prazo de 2 anos, com vencimento final em 30 de janeiro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia. Em 02 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 9ª emissão de 100.000 de debêntures quinquenárias (nona emissão), não convertíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.000.000 de principal, remuneradas a 106,5% de CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de março de 2020, e prazo de 3 anos, com vencimento final em setembro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia. No vencimento, em 23 de maio de 2019, a Companhia liquidou 100.000 de debêntures relativas à sétima emissão da Companhia, no valor de R\$1.000.000 de principal e R\$13.907 de juros, remuneradas a 103,9% de CDI, emitidas em 02 de junho de 2017. Em 28 de março de 2020, a Companhia realizou a 6ª emissão de 110.000 de debêntures quinquenárias (sexta emissão), não convertíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando R\$1.100.000 de principal, remuneradas a 104% de CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 28 de junho de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 28 de março de 2021. As debêntures emitidas não têm garantia. Em 25 de outubro de 2017, a Companhia realizou a 5ª emissão de 1.500.000 de debêntures quinquenárias (quinta emissão), não convertíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$1.500.000 de principal, remuneradas a 102,9% de CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 16 de janeiro de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 16 de outubro de 2020. As debêntures emitidas não têm garantia da Companhia. b) **Notas promissórias:** Em 22 de novembro de 2019, a Companhia emitiu 360 notas promissórias (sexta emissão), com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) totalizando R\$360.000,00 com vencimento em 22 de novembro de 2021, com taxa de juros remuneratórios de CDI + 0,60%, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia. No vencimento, em 22 de novembro de 2019, a Companhia liquidou 360 notas promissórias (sexta emissão), totalizando R\$360.000 de principal e R\$22.580 de juros, remuneradas a 103,25% de CDI, emitidas em 27 de novembro de 2018. No vencimento, em 02 de setembro de 2019, a Companhia liquidou 100 notas promissórias (segunda emissão), totalizando R\$1.000.000 de principal e R\$136.507 de juros, remuneradas a 102,4% de CDI, emitidas em 12 de setembro de 2017. Em 29 de março de 2019, a Companhia emitiu 400 notas promissórias (quinta emissão), com valor nominal unitário de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) totalizando R\$20.000.000 com vencimento em 29 de março de 2022, com taxa de juros remuneratórios de 106% de CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia. c) **Finame:** Refere-se ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) visando à expansão e modernização da rede de serviços. Em outubro de 2019, a Companhia liquidou todos os centavos do Finame da Companhia, do Financiamento de Estudos e Projetos. A Companhia liquidou R\$1.198 de principal e R\$83 de juros. d) **Compromissos financeiros:** No 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

14. Obrigações fiscais, líquidas:

Obrigações fiscais, líquidas				
	2020	2019	2020	2019
FUST, FUNTEL e Fistel ⁽¹⁾	688.349	185.589	688.731	185.040
ICMS	-	-	708	1.715
PIS e COFINS	64.830	-	69.799	5.825
IRPJ e CSLL	-	-	2.165	-
CIDE	26.812	25.121	29.544	27.285
REFIS	11.766	13.944	12.795	14.958
Outros	2.423	2.879	2.423	2.879
	5.952	4.089	7.077	5.849
	800.132	231.622	818.633	246.716
Circulante	655.114	86.604	674.456	101.539
Não circulante	145.018	145.018	144.177	145.177

(1) A Claro teve a exigibilidade do pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TF) suspensa por liminar no montante de R\$478.984.

15. Provisões:

Natureza	2020	2019	2020	2019
Contingências				
Tributárias	4.387.880	4.214.373	4.394.700	4.219.037
Regulatórias, cíveis e ambientais	1.855.893	1.705.273	1.855.893	1.705.249
Trabalhistas e previdenciárias	884.354	917.470	890.645	924.130
	7.128.049	6.837.116	7.141.238	6.848.516
Provisão para desmantelamento de ativos	712.382	626.631	713.025	627.399
Participação de empregados no resultado	392.762	404.638	410.125	421.498
Provisão para perdas com investimentos ⁽¹⁾	22.654	10.423	-	48
Total de provisões	8.255.857	8.778.508	8.264.368	8.937.451
Circulante	456.423	478.474	473.785	495.299
Não circulante	7.799.434	7.400.399	7.790.603	7.402.152

(1) Provisão para perda passiva a descoberto, conforme Nota 9.

15.1. Contingências: A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.092.426	1.648.890	848.688	6.590.184
Adições (reversões), líquidas	27.817	238.936	110.032	476.934
Baixas por pagamentos	(15.008)	(26.475)	(179.811)	(462.314)
Atualização monetária	106.098	84.903	38.331	229.332
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.060	20	—	3.080
Adições (reversões), líquidas	4.214.373	1.705.273	917.470	6.837.116
Adições por incorporação	66.209	198.245	236.458	520.914
Adições por pagamentos	(3.979)	(197.606)	(300.471)	(502.056)
Atualização monetária	91.277	149.893	30.907	272.077
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.387.880	1.855.893	884.364	7.128.097
	Consolidado			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.098.040	1.648.977	854.700	6.601.717
Adições (reversões), líquidas	29.754	238.936	121.054	480.744
Baixas por pagamentos	(15.005)	(267.475)	(181.358)	(463.838)
Atualização monetária	106.098	84.911	38.734	229.943
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.219.033	1.705.343	924.130	6.848.516
Adições (reversões), líquidas	88.265	198.246	237.129	523.640
Adições por pagamentos	(3.979)	(197.606)	(301.663)	(503.248)
Atualização monetária	91.377	149.904	31.459	272.740
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.394.700	1.855.893	890.645	7.141.238

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depósitos judiciais	3.179.240	3.357.668	3.188.268	3.367.843
Bloqueios judiciais	16.873	15.988	16.889	15.989
Total	3.196.113	3.373.656	3.205.157	3.383.832

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas englobam processos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista. A Administração, consultada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37). 15.1.1. Contingências tributárias: Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. a) **ICMS:** A Claro possui contingências fiscais do ICMS em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$10.192.601 (R\$10.048.724 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$782.591 são classificadas como perda provável (R\$736.596 em 31 de dezembro de 2019) e R\$51.410 são classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R\$50.312.126 em 31 de dezembro de 2019). Dentre as contingências de ICMS, destacamos: A Companhia possui autuações fiscais para exigência de ICMS principalmente sobre a cessão de capacidade de sinalização. Em 31 de dezembro de 2020, essas causas montam a R\$3.880.324 (R\$3.804.127 em 31 de dezembro de 2019), as quais foram avaliadas como possíveis de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. A Claro possui também autuações fiscais de ICMS, em decorrência de inconsistência de dados de determinados benefícios concedidos pelos Estados, em desacordo com a Lei Complementar nº 247/0, o valor dessas contingências é de R\$458.638 em 31 de dezembro de 2020 (R\$454.094 em 31 de dezembro de 2019) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos da Companhia. A Claro possui contingências fiscais, oriundas da incorporação da NET, referente a exigência de ICMS, pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em razão da não tributação das receitas decorrentes da locação de equipamentos, no valor de R\$482.825 em 31 de dezembro de 2020 (R\$494.335 em 31 de dezembro de 2019), do qual foi provisionado o valor de R\$318.663, relativo ao aumento de taxa de locação lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R\$318.663 em 31 de dezembro de 2019). O valor remanescente é avaliado pela Administração e seus consultores como possível de perda. A Claro possui ainda autuações fiscais decorrentes de crédito devido do ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em suas instalações operacionais, no valor de R\$170.011 em 31 de dezembro de 2020 (R\$160.603 em 31 de dezembro de 2019), do qual foi provisionado o valor de R\$52.526. b) **CSLL/IRPJ e CSLL:** Contingências fiscais de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$4.835.800 (R\$3.481.834 em 31 de dezembro de 2019), do qual R\$864.681 foi classificado como perda provável (R\$871.365 em 31 de dezembro de 2019) e R\$3.971.119 classificado pela Administração e seus consultores como possível (R\$2.610.468 em 31 de dezembro de 2019). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.650 (R\$290.268 em 31 de dezembro de 2019), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores como possível de perda. Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: 1) Contingência oriunda da incorporação da Embratel, relativo IRPJ e CSLL, sobre as receitas decorrentes do tráfego onirante, no valor de R\$292.

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em setembro de 2013, a Claro foi condenada ao pagamento de R\$30.000, a título de danos morais coletivos. A controladora, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como perda possível. b) Disputa com terceiros: A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos, avaliado em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$770.673 como perda provável (R\$624.228 em 31 de dezembro de 2019), e R\$2.052.470 como perda possível (R\$1.569.055 em 31 de dezembro de 2019). 15.2. Provisão para desmantelamento de ativos: A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes do desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem das torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes do desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente. Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$192.024 (R\$217.241 em 31 de dezembro de 2019). E o montante do R\$712.302 a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos não circulantes (R\$625.631 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações decorrentes do desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.

Natureza da transação	2020		2019		2020	2019
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina						
Comunicação Celular, S.A. ("Comcel")	481.571	—	252.420	—	158.908	135.869
Amov Finance B.V.	53.296	195	176.013	211	601.370	463.536
Claro Chile (1)	8.718	85	6.196	—	17.398	13.992
Puerto Rico Telephone Company, INC ("Puerto Rico") (1)	—	—	—	—	(34.442)	(28.623)
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat") (1)	613.907	1.392.839	943.528	1.409.501	41.521	58.828
América Móvil Peru (1)	29	890.042	—	—	(67.677)	—
Americel S.A.	130.077	1.748.329	15.918	303.837	(198.918)	(153.480)
Telecel Latam	—	7.443	7.032	132.090	(35.343)	(27.361)
Claro Video, LLC ("DLA")	—	14.336	—	4.663	(196.123)	(154.011)
Primesys Soluções Empresariais S.A. ("PMS")	—	—	—	—	—	36.196
HITSS do Brasil Serviços ("HITSS")	1.442	121.387	1.704	71.886	(196.621)	(186.224)
Procsa do Brasil Projetos e Construções ("Procsa")	22	18.855	1.487	56.670	(169.071)	(124.923)
Telecel Colombia S.A.	—	—	—	—	—	44.567
Americel S.A.B. S.A.C. (1)	—	17.647.631	—	28.933	(1.443.200)	—
Cablenet do Brasil Ltda.	33	20.193	45	4.271	(4.589)	(423)
BrasilCenter Comunicações Ltda.	408	33.884	18.229	28.536	(340.838)	(340.838)
Claro Telecom Participações S.A.	13	1.093	54	1.553.917	(30.658)	(93.615)
Claro NXT Participações Ltda. ("NXT Par")	265.238	1.756	—	—	394.673	—
Claro Corporate	—	—	—	—	—	99
Telecel do Brasil	21.042	372.180	827.432	1.160.450	72.972	40.474
Outras partes relacionadas	39.293	162.169	19.028	123.639	54.816	70.593
Circulante	1.608.089	22.432.408	2.289.086	26.115.214	(2.216.718)	(2.865.281)
Não circulante	1.488.089	3.906.537	2.269.058	3.778.393	—	—
	120.000	18.525.871	—	22.336.815	—	—

(1) Inclui contrato de aquisição de Direito Irrevogável de Uso de Capacidade. (2) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados. (3) Inclui também passivo de serviços de interconexão. (4) Inclui também passivo de patrocínios.

Natureza da transação	2020		2019		2020	2019
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina						
Comunicação Celular, S.A. ("Comcel")	482.058	—	253.513	—	158.724	142.358
Amov Finance B.V.	62.794	195	184.038	211	601.370	463.536
Claro Chile (1)	8.718	85	6.196	—	17.398	13.992
Puerto Rico Telephone Company, INC ("Puerto Rico") (1)	—	—	—	—	(34.442)	(28.623)
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat") (1)	614.014	1.393.739	961.632	1.409.501	56.800	90.392
América Móvil Peru (1)	2.560	890.042	—	—	(67.677)	—
Americel S.A.	130.077	1.748.329	15.918	303.837	(198.918)	(153.480)
Telecel Latam	—	7.443	7.032	132.090	(35.343)	(27.361)
Claro Video, LLC ("DLA")	69	14.336	—	4.663	(196.060)	(165.610)
HITSS do Brasil Serviços ("HITSS")	1.548	135.076	1.745	73.945	(216.281)	(200.058)
Procsa do Brasil Projetos e Construções ("Procsa")	22	19.337	2.317	56.683	(170.690)	(124.911)
Telecel Colombia S.A.	—	—	—	—	—	44.567
Americel S.A.B. S.A.C. (1)	—	17.647.631	—	28.933	(1.443.200)	—
Cablenet do Brasil Ltda.	33	20.193	45	4.271	(4.589)	(423)
BrasilCenter Comunicações Ltda.	33	1.093	54	1.553.917	(30.658)	(93.615)
Claro Serviços Empresariais	3.996	—	—	—	31.001	—
Claro NXT Participações Ltda. ("NXT Par")	265.238	1.756	—	—	395.803	—
Claro Corporate	40.392	67.047	28.021	52.611	78.232	141.959
Outras partes relacionadas	1.611.831	21.936.296	1.460.621	24.857.272	(1.849.072)	(2.478.456)
Circulante	1.491.831	3.420.425	1.460.621	2.520.457	—	—
Não circulante	120.000	18.525.871	—	22.336.815	—	—

(1) Inclui contrato de aquisição de Direito Irrevogável de Uso de Capacidade. (2) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados. (3) Inclui também passivo de serviços de interconexão. (4) Inclui também passivo de patrocínios. (5) Em 07 de março de 2008, a Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pelo AMX Argentina do direito de propriedade da Claro, no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos. (6) Refere-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela Claro, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo destes contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência. (c) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Referência	Parte Relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado		Provisão de juros	31/12/2019
					31/12/2018	Captações		
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	6,75%	17 de julho de 2019	—	148.500	(5.073)	5.073
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	6,80%	16 de agosto de 2019	—	132.000	(4.813)	4.813
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	6,85%	17 de setembro de 2019	—	225.000	(6.029)	6.029
Claro	c.2)	Amov Finance B.V.	10,50%	26 de fevereiro de 2021	328.523	(328.140)	(15.415)	15.032
Claro	c.3)	Amov Finance B.V.	10,50%	28 de dezembro de 2020	432.184	(431.680)	(21.305)	20.801
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	7,85%	15 de janeiro de 2021	—	(275.689)	(13.719)	13.719
TdB	c.4)	Amov Finance B.V.	10,80%	28 de dezembro de 2020	274.620	(274.291)	(1.646)	1.317
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	10,50%	14 de março de 2024	1.575.969	(1.427.602)	(149.567)	133.708
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	11,50%	15 de março de 2027	20.753.102	(62.326)	(2.364.199)	2.363.395
Claro	c.6)	Amov Finance B.V.	6,55%	20 de dezembro de 2019	—	158.300	(5.242)	5.242
Claro	c.7)	Amov Finance B.V.	7,85%	15 de janeiro de 2021	—	404.880	—	9.270
					23.364.398	(23.364.398)	(2.589.808)	2.581.179
					21.236.610	(2.325.365)	(2.714.000)	2.302.041

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias. (2) Em 2019 e 2018, a Companhia liquidou juros e antecipou a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V. Em 30 de abril de 2020, a Companhia fez uma reestruturação da dívida, com a troca de credores dos empréstimos. c.1) Em 17 de janeiro de 2019, a Companhia contraiu empréstimos no valor total de R\$505.500. Estes empréstimos foram utilizados para compor o reperfilamento de passivos da Companhia. No decorrer de 2019, a Companhia efetuou o pagamento total destes contratos. c.2) Em 29 de março e 26 de fevereiro de 2018, a Companhia contraiu novos empréstimos no valor de R\$166.000 e R\$166.140 respectivamente. Estes empréstimos foram utilizados integralmente para compor o reperfilamento de passivos da Companhia. c.3) O contrato da Companhia, cujo vencimento ocorreria dia 29 de dezembro de 2017, foi refinanciado com a Amov Finance B.V., com vencimento para 28 de dezembro de 2020 e taxa de juros fixa de 10,50% a.a. No decorrer de 2021, a Companhia antecipou o pagamento do principal de R\$431.680. c.4) Em 17 de janeiro de 2019, através de um contrato de assunção de dívida, do saldo do contrato da controlada TdB no valor de R\$274.290, a Companhia assumiu a dívida que a controlada TdB tinha com a Amov Finance B.V., pelo valor total de R\$275.689, obtendo redução da taxa de juros e alterando o seu vencimento. Em agosto de 2019 a Companhia pagou R\$166.467 de principal e em 18 de setembro de 2019, o valor principal de R\$109.222 e juros de R\$2.413 foram incorporados a um novo contrato mantendo as mesmas condições do contrato original. c.5) Em março de 2017, a Companhia fez uma reestruturação da dívida, com a quitação integral de 14 contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de principal R\$26.392.046 e de juros R\$1.176.813, e a contratação de quatro novos contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de R\$27.310.661 com prazo de sete e dois anos, conforme abaixo:

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida decorre de termos reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atualizada. O retorno do valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2020, monta à importância de R\$11.833 no circulante e R\$1.801 no não circulante. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insolvência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028. Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014. As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores mantendo todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento. Em 31 de dezembro de 2020 a posição consolidada dos participantes do PCV era: 6.671 ativos e 4.249 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2021 é de R\$2.101. O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano. Os compromissos assumidos com beneficiários pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuariado externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados. Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, da controladora e consolidado:

	31/12/2020		31/12/2019	
	AMAP e plano de saúde	PBD	AMAP e plano de saúde	PBD
Ativo (passivo) de benefícios				
Valor presente das obrigações atuariais	(2.329.075)	(3.055.821)	(2.327.881)	(2.729.098)
Valor justo dos ativos Superávit (déficit) do plano	8.048	4.197.459	6.990	4.017.228
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrepercutível)	(2.321.027)	1.141.638	(2.320.891)	1.288.190
Total do ativo (passivo) atuarial	(2.321.027)	257.583	(2.320.891)	341.104

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	AMAP e plano de saúde	PBD	AMAP e plano de saúde	PBD
Saldo inicial	(2.361.416)	(2.729.098)	(1.488.485)	(2.346.057)
Custo do serviço corrente	(22.268)	-	(6.314)	-
Custo dos juros Gancho/perdas atuariais	(161.991)	(181.761)	(132.132)	(204.549)
Benefícios pagos para ativos do plano	(65.483)	(446.999)	(789.119)	(436.957)
Saldo final	(302.083)	302.037	88.169	258.465
	(2.329.075)	(3.055.821)	(2.327.881)	(2.729.098)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	AMAP e plano de saúde	PBD	AMAP e plano de saúde	PBD
Saldo inicial	6.990	4.017.228	5.472	3.741.272
Rendimentos sobre ativos do plano	(451)	267.331	521	331.514
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) à taxa de desconto	9.785	360.603	997	293.586
Contribuições da patrocinadora	70.515	(145.726)	88.169	(90.619)
Benefícios pagos	(78.791)	(302.037)	(88.169)	(258.465)
Saldo final	8.048	4.197.459	6.990	4.017.228

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrepercutível):

	31/12/2020		31/12/2019	
	AMAP e plano de saúde	PBD	AMAP e plano de saúde	PBD
Saldo inicial	(947.066)	(1.001.540)	(66.580)	(91.140)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(66.580)	(91.140)	129.611	145.594
Efeito da restrição dos ativos do plano período	(184.710)	(18.990)	(137.925)	(35.829)
Saldo final	(884.055)	(917.085)	(174.894)	(82.375)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações das seguintes planas:

Ano	AMAP e plano de saúde		PBD	
	2021	2022	2023	2024
Saldo inicial	91.500	337.829	105.599	281.470
2021	117.005	252.447	135.936	253.490
2022	147.422	253.811	894.954	1.243.465
2023	-	-	-	-
2024	-	-	-	-
2025	-	-	-	-
2026 a 2030	-	-	-	-

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	31/12/2020		31/12/2019	
	AMAP e plano de saúde	PBD	AMAP e plano de saúde	PBD
Custo do serviço corrente	(22.268)	-	(6.314)	-
Juros líquido passivo (ativo)	(162.442)	(18.990)	(131.611)	(35.829)
	(184.710)	(18.990)	(137.925)	(35.829)

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, referente ao plano PCV:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo (passivo) de benefícios				
Valor presente das obrigações atuariais	(2.576.145)	(2.605.136)	(2.085.240)	(2.107.448)
Valor justo dos ativos Superávit (déficit) do plano	2.342.296	2.362.842	2.359.697	2.381.158
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrepercutível)	(233.849)	(242.294)	274.457	273.710
Total do ativo (passivo) atuarial	(233.849)	242.294	274.457	273.710

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações das seguintes planas:

Ano	AMAP e plano de saúde		PBD	
	2021	2022	2023	2024
Saldo inicial	91.500	337.829	105.599	281.470
2021	117.005	252.447	135.936	253.490
2022	147.422	253.811	894.954	1.243.465
2023	-	-	-	-
2024	-	-	-	-
2025	-	-	-	-
2026 a 2030	-	-	-	-

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	31/12/2020		31/12/2019	
	AMAP e plano de saúde	PBD	AMAP e plano de saúde	PBD
Custo do serviço corrente	(22.268)	-	(6.314)	-
Juros líquido passivo (ativo)	(162.442)	(18.990)	(131.611)	(35.829)
	(184.710)	(18.990)	(137.925)	(35.829)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente ao plano PCV:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	2.359.697	2.361.158	2.075.071	2.093.483
Rendimentos sobre ativos do plano	160.890	162.143	182.436	184.026
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) à taxa de desconto	(44.273)	(45.039)	231.234	234.179
Contribuições da patrocinadora	6.528	6.528	3.834	3.834
Benefícios pagos	(140.348)	(141.948)	(132.878)	(134.364)
Saldo final	2.342.296	2.362.842	2.359.697	2.381.158

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano PCV (superávit irrepercutível):

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(274.457)	(274.457)	(407.841)	(407.846)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(19.294)	(19.294)	(37.114)	(37.114)
Efeito da restrição dos ativos do plano período	(293.751)	(293.751)	(170.498)	(170.503)
Saldo final	(587.502)	(587.502)	(615.353)	(615.463)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano PCV:

Ano	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	185.168	187.235	189.099	191.204
2021	192.859	194.999	196.395	198.569
2022	199.653	201.856	199.653	201.856
2023	1.022.741	1.044.050	1.022.741	1.044.050
2024	-	-	-	-
2025	-	-	-	-
2026 a 2030	-	-	-	-

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para o plano PCV são:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(721)	(732)	(613)	(623)
Juros líquido passivo (ativo)	(635)	(698)	(500)	(687)

Principais premissas atuariais utilizadas:

- a) Fatores econômicos:
 - (i) Taxa de desconto: 7,39% a.a.
 - (ii) Taxa anual de inflação a longo prazo: 3,25% a.a.
 - (iii) Crescimento dos custos médicos: 4,80% a.a.
 - (iv) Crescimento dos custos médicos per capita etária: 4,00% a.a.
 - (v) Custo médico anual, aos 65 anos de idade: R\$157,16
- b) Fatores biométricos:
 - (i) Tábua de mortalidade geral: AT-2000
 - (ii) Tábua de mortalidade de invalidez: CSO 80 e PCV; CSO 58
 - (iii) Tábua de mortalidade de invalidez: LP 84 Modificada
 - (iv) Rotatividade: Nula

Análise de sensibilidade: As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PCV: Mudança de tábua PBD e AMAP e plano de saúde: 1 ano de crescimento da expectativa de vida	2.834.230	(3.312.196)	2.066.352	(2.658.719)
Taxa de desconto	2.066.352	(2.658.719)	2.376.422	(2.875.018)
AMAP e plano de saúde	2.376.422	(2.875.018)	-	-
PCV	-	-	-	-

A natureza dos investimentos dos planos, no consolidado, está alocada como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	AMAP e plano de saúde	PBD	AMAP e plano de saúde	PBD
Ações	100,00%	0,01%	94,82%	5,50%
Fundos de investimento	-	94,82%	-	93,73%
Investimentos imobiliários	-	4,99%	-	1,77%
Outros	-	0,28%	-	0,67%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

18. Passivo de arrendamento: A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo do arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que ocorrem como consequência direta da pandemia da Covid-19, e uma modificação do contrato de arrendamento. Dessa forma, a Companhia e suas controladas reconheceram qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato como se não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.862.617	5.874.258	1.368.526	1.256.771
Adição da IFRS 16/CPC06 (R2)	499.076	498.600	1.487.974	1.485.877
Encargos financeiros	1.778	1.778	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.244.471	6.143.758	2.856.500	2.742.648
Adição da IFRS 16/CPC06 (R2)	476.294	471.539	-	-
Encargos financeiros	(1.553.395)	(1.535.470)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.167.370	5.079.827	2.856.500	2.742.648
Circulante	1.476.809	1.464.516	-	-
Não circulante	3.690.561	3.615.311	-	-

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia na controladora e consolidado foi de

R\$18.744.414 (R\$18.738.787 em 31 de dezembro de 2019), composto por ações nominativas e sem valor nominal, dividido em 88.634.053 (88.604.331 em 31 de dezembro de 2019), sendo 48.449.360 ações ordinárias e 40.184.693 ações preferenciais. Em 20 de maio de 2020, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$5.627 a ser implementado por meio da capitalização de parcelas da reserva especial de ágios da Companhia no valor de R\$5.627, a ser realizada em proveito exclusivo de sua acionista controladora, Claro Telecom Participações S.A., nos termos da Instrução CVM nº 319/99, mediante a emissão de 29.722 novas ações de emissão da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia e o valor do capital social passou de R\$18.738.787 para R\$18.744.414. Em 30 de setembro de 2019, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$16.269 a ser implementado por meio da capitalização de parcelas da reserva especial de ágios da Companhia nos valores de R\$9.133 e R\$7.136, a ser realizada em proveito exclusivo de sua acionista controladora, Claro Telecom Participações S.A., nos termos da Instrução CVM nº 319/99, mediante a emissão de 89.817 novas ações de emissão da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia e o valor do capital social passou de R\$18.722.518 para R\$18.738.787. b) Reserva de capital: Em 20 de maio de 2020, foi deliberado em Ata de reunião do Conselho de Administração o aumento do capital na Companhia no montante de R\$5.627 oriundos de última parcela da reserva especial de ágios no valor de R\$5.627, mediante emissão de 29.722 ações nominativas e sem valor nominal. Em 30 de setembro de 2019, foi deliberado em Ata de reunião do Conselho de Administração o aumento do capital na Companhia no montante de R\$16.269 oriundos de duas parcelas da reserva especial de ágios nos valores de R\$9.133 e R\$7.136, mediante emissão de 89.817 ações nominativas e sem valor nominal. c) Reserva de incentivo fiscal: Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda contabilizados no resultado do exercício e transferidos para a reserva de incentivo fiscal. Em conformidade ao Artigo 195-A da Lei 6.404/76 a parcela do lucro incentivada deve ser excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízo. d) Reserva Legal: Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal constituída no exercício foi até o limite de 20% do capital social realizado, de acordo com o limite legal estabelecido. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados. e) Outros resultados abrangentes: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuais e reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior.

20. Receita operacional, líquida:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita bruta de serviços	45.998.261	45.722.832	46.680.586	46.450.560
Receita bruta de aparelhos	1.923.934	1.651.800	1.924.618	1.652.119
Deduções de vendas	(11.101.417)	(10.838.819)	(11.259.198)	(11.014.656)
Tributos	(1.112.477)	(1.879.200)	(1.115.491)	(1.883.650)
Descontos	(42.393)	(18.319)	(42.328)	(18.317)
Receita operacional, líquida	35.665.972	34.638.297	36.188.187	35.186.046

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

21. Custos e despesas por natureza: As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(20.136.016)	(19.040.051)	(20.548.145)	(19.477.358)
Despesas comerciais	(7.029.840)	(7.282.743)	(6.969.270)	(7.232.620)
Despesas gerais e administrativas	(2.476.044)	(2.695.932)	(2.590.774)	(2.883.256)
Outras receitas operacionais, líquidas	672.708	520.875	659.588	561.607
	<u>(28.969.192)</u>	<u>(28.407.851)</u>	<u>(29.448.601)</u>	<u>(29.331.627)</u>
Serviços de terceiros	(7.198.515)	(6.931.700)	(6.938.640)	(6.735.688)
Depreciação e amortização	(8.029.005)	(7.677.199)	(8.089.992)	(7.793.072)
Mitigação de risco própria	(3.358.845)	(3.449.674)	(3.704.203)	(3.819.722)
Intercâmbio	(1.339.024)	(1.254.154)	(1.471.902)	(1.606.109)
Canais de conteúdo	(3.979.960)	(4.011.630)	(4.074.698)	(4.123.343)
Custo dos aparelhos e acessórios	(1.397.829)	(1.228.647)	(1.383.475)	(1.208.332)
Taxas e contribuições	(1.380.960)	(1.265.421)	(1.386.090)	(1.271.871)
Aluguéis	(93.176)	(83.147)	(93.120)	(81.413)
Publicidade	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)
Outras despesas operacionais, líquidas	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	<u>(28.969.192)</u>	<u>(28.407.851)</u>	<u>(29.448.601)</u>	<u>(29.331.627)</u>

CLARO S.A.

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

- continuação -

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Corrente				
Imposto de renda	366.153 (252.789)	356.317 (272.746)		
Contribuição social	112.659 (98.597)	110.424 (101.145)		
	478.812 (351.296)	466.741 (373.891)		
Diferidos				
Imposto de renda	13.314 (297.073)	25.063 (290.697)		
Contribuição social	4.638 (106.847)	3.128 (106.320)		
	17.952 (403.920)	28.191 (397.017)		
	496.764 (755.216)	494.932 (770.908)		

Algumas controladas da Companhia possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R\$223.971 em 31 de dezembro de 2020 (R\$224.486 em 31 de dezembro de 2019), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.924.514	2.527.765	2.926.333	2.543.533
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(994.335)	(859.440)	(994.953)	(864.801)
Ajustes para cálculo do crédito tributário: Equivalência patrimonial	31.998	(3.733)	19.429	(113)
Perdas com recebíveis	(19.949)	662	(19.949)	662
Prejuízos fiscais não constituídos contabilmente	-	-	515	(2.128)
Provisão para contingências (IRPJ/CSLL)	48.779	74.809	-	74.807
Lucro da exploração	48.779	26.383	48.779	26.383
Subvenção para investimento (1)	1.067.982	-	1.067.982	-
Outras exclusões (2)	362.289	6.103	373.129	(5.718)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	496.764	(755.216)	494.932	(770.908)
Imposto de renda e contribuição social correntes	478.812	(351.296)	466.741	(373.891)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.952	(403.920)	28.191	(397.017)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	496.764	(755.216)	494.932	(770.908)
Taxa efetiva	N/A	29,3%	N/A	30,3%

(1) Em 2020, com as recentes Soluções de Consulta Cosit nºs 11 e 15, de março de 2020, que confirmam a natureza interpretativa da LC 160/2017 e a possibilidade de aplicação retroativa da norma, a Companhia passou a beneficiar-se dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV previstos na Lei Complementar nº 144 de 1994 e no artigo 30 da Lei 12.973/2014, portanto os valores correspondentes a este incentivo não são computados na determinação do lucro real, com impacto em 2020 no montante de R\$411.336. Com base nessa decisão, a Companhia retroagiu a aplicação do benefício para os anos de 2018 e 2019 cujo impacto total foi de R\$656.647. (2) Em dezembro de 2020, a Companhia retroagiu a aplicação dos benefícios de subvenção para investimento e lucro da exploração dos períodos de 2018 e 2019, que impactou no saldo do prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores no valor de R\$296.478. 24. **Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos:** a) **Valores estimados de mercado:** Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos cujo indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas. Os saldos de mútuos com partes relacionadas aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes. Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos refletem-se às previsões de fluxo de caixa no período. Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juro para desatender fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseados na curva do CDI. Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	(1)	Nível 1	519.648	519.648
Contas a receber	(2)	Nível 2	4.822.212	4.822.212
Depósitos e bloqueios judiciais	(1)	Nível 1	3.205.157	3.205.157
			8.547.017	8.547.017

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2020	2019	2020	2019
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Daniel Hajj Aboumrad - Presidente				
Carlos José Garcia Moreno Elizondo - Vice-Presidente				
Alejandro Cantú Jiménez - Membro				
Oscar von Hauke Solis - Membro				
Alberto de Orleans e Bragança - Membro				
José Formoso Martinez - Membro				
José Antônio Guaraldi Félix - Membro				

Aos Administradores e Acionistas da **Claro S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho

	Classificação	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	Nível 2	8.466.252	8.466.252
Passivo de arrendamento	(2)	Nível 2	5.412.007	5.412.007
Mútuos com partes relacionadas	(2)	Nível 2	18.499.274	25.309.256
Notas promissórias	(2)	Nível 2	2.528.777	2.536.498
Debêntures	(2)	Nível 2	4.636.942	4.639.807
Debêntures com partes relacionadas	(2)	Nível 2	1.528.131	1.528.951
			41.071.383	46.363.820

(1) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado; (2) Custo amortizado. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados: b) **Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	519.648	197.038		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.165.719)	(6.088.581)		
Endividamento líquido	6.646.071	5.891.543		
Patrimônio líquido	19.714.667	16.336.694		
	33,7%	36,1%		

c) **Risco da taxa de câmbio:** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. Na data do encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Risco de queda do dólar				
Cenário I	Dólar - 5%: R\$4.930,99			
Cenário II	Dólar - 25%: R\$3.897,6			
Cenário III	Dólar - 50%: R\$2.598,4			
Risco de alta do dólar				
Cenário I	Dólar + 5%: R\$5.456,5			
Cenário II	Dólar + 25%: R\$6.495,9			
Cenário III	Dólar + 50%: R\$7.795,1			

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

	Posição em 31/12/2020	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Operação				
Queda do dólar US\$				
Fornecedores	136.635	6.832	34.159	68.318
Outros (Ativos-Passivos)	(33.443)	(1.672)	(6.361)	(16.722)
		5.160	25.798	51.596
Alta do dólar US\$				
Fornecedores	136.635	(6.832)	(34.159)	(68.318)
Outros (Ativos-Passivos)	(33.443)	1.672	6.361	16.722
		(5.160)	(25.798)	(51.596)

d) **Risco da taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

	Posição em 31/12/2020	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Operação				
Divida indexada a CDI				
CDI em 31/12/2020	1.165.719	30.862	28,2%	24,0%
		1,52%		

risco e inadimplência. A solvabilidade de seus clientes, diversificação do seu portfólio de recebíveis e o acompanhamento dos prazos do financiamento de vendas e letras de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais. b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encerramento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de longo prazo existente em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora	Consolidado
Ano		
2022	1.135.271	1.153.513
2022 a 2025	1.652.075	1.653.075
2025 a 2031	1.410.999	1.410.999
2032 a 2036	600.706	600.706
Total	4.799.051	4.817.293

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu programa de compromissos, não gerando riscos de liquidez. 25. **Compromissos:** A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com capex, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2020, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Controladora	Consolidado
2021	1.135.271	1.153.513
2022 a 2025	1.652.075	1.653.075
2025 a 2031	1.410.999	1.410.999
2032 a 2036	600.706	600.706
Total	4.799.051	4.817.293

26. **Seguros:** A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais às quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estando levando em consideração os valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indexação o valor aproximado de R\$1.741.915 abrangendo todas as empresas do grupo. O fapeço de nossos negócios não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. 27. **Outras garantias:** A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$12.608.494 na controladora e R\$12.697.049 no consolidado em 31 de dezembro de 2020 (R\$13.525.766 na controladora e R\$13.612.509 no consolidado em 31 de dezembro de 2019). 28. **Eventos subsequentes:** a) **Aumento de capital social na Claro NXT Participações Ltda. ("NXT Par") pela Companhia:** Em 15 de janeiro de 2021, conforme 2ª alteração do contrato social da NXT Par, foi aprovado o ingresso da Companhia como nova sócia da NXT Par, mediante aumento do capital social da NXT Par no montante de R\$2.109.000, com a emissão de 2.109.000 novas quotas com valor nominal de R\$1,00, todas subscritas e integralizadas individualmente pela Companhia em moeda corrente nacional. Em 26 de janeiro de 2021, conforme 3ª alteração do contrato social da NXT Par, foi aprovado um aumento de capital social na NXT Par no montante de R\$3.338.100, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas com valor nominal de R\$1,00 cada uma, onde (i) 859.968.057 quotas foram subscritas pela ClaroPar e (ii) 2.478.131.861 quotas foram subscritas pela Companhia e integralizadas mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela Claro NXT Participações Ltda. ("NXT Par"). Em 05 de fevereiro de 2021, em AGO da Companhia e Reunião de Sócios da NXT Par, ambas realizadas em 05 de fevereiro de 2021, foi aprovada a incorporação da NXT Par pela Companhia. Esta incorporação está inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. A incorporação não implicou em aumento de capital da Companhia nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social, tendo em vista que o valor do patrimônio líquido da NXT Par, conforme apurado no laudo de avaliação da operação, é negativo. Ainda, em consequência da incorporação, a NXT Par foi extinta de pleno direito e a Companhia a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 05 de fevereiro de 2021. b) **Cessão parcial da Claro NXT Telecomunicações Ltda. ("NXT Telco"):** Em 05 de fevereiro de 2021, em AGO da Companhia e Reunião de Sócios da NXT Telco, foi aprovada a cessão parcial da NXT Telco e a incorporação da parcela cindida pela Companhia, incorporação a qual ocasionou (a) um aumento do capital da Companhia no montante de R\$1.385 com a emissão de 6.227 novas ações ordinárias, todas individualmente subscritas pela MCGAW International (Brasil) (MCGAW) e integralizadas mediante a conferência da parcela de ações detidas pela NXT Telco incorporada pela Companhia de titularidade da MCGAW, no montante de R\$1.385, e (b) uma redução do capital na NXT Telco no montante de R\$14.995, montante proporcional à totalidade da parcela cindida da NXT Telco e incorporada pela Companhia. Esta cessão e incorporação está inserida no contexto regulatório da transferência das atividades do Serviço Móvel Pessoal (SMP) da NXT Telco para sua consórcio na Companhia. A eficácia desta incorporação ocorreu em 05 de fevereiro de 2021. c) **Exatidão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS:** Em 03 de fevereiro de 2021, nos autos da ação judicial movida pela incorporada Net São Paulo S/A, foi publicada decisão pela qual o Poder Judiciário reconheceu o direito da Companhia, na qualidade de sua sucessora por incorporação, a compensar administrativamente valores de PIS e COFINS em razão da inclusão do ICMS nas respectivas bases de cálculo. A Companhia encontra-se em fase de conclusão da validação do valor de redução de crédito, para em seguida submeter a homologação das autoridades fiscais competentes.

	DIRETORIA	CONTADOR
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho		
Rodrigo Marques de Oliveira		
Daniel Feldmann Barros		
Paulo Cesar Pereira Teixeira		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras responsabilidades que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão da auditoria sobre esse relatório. Em conexão com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as

continua - 52

CNPJ nº 40.432.544/0001-47

—☆—continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

serre distorça as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários (com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas). Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais do auditor, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional no longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos da auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência da auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião;
- Não detecto distorção relevante decorrente de fraude ou erro, o que constitui um problema sério, pois pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre

• **avaliar os controles internos da Companhia e suas controladas;**
• **analisar a adequação das políticas contábeis utilizadas;** e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivos divulgação; **fotos pela administração;** **Concluir** sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se conclusermos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir uma ressalva em nossa opinião de auditoria. Se não houver incerteza relevante, nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • **avaliar** a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação.

adequada. • Obtivemos evidência da auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos do auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Luiz Carlos Marques
Contador CRC-1SP147693/O-5



Companhia de Capital Aberto - CNPJ/ME nº 02.351.144/0001-18 - NIRE 35.300.340.931
 Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Firmar convocações aos senhor(as) acionistas da Tegma Gestão Logística S.A. ("Tegma" ou "Companhia"), a ser realizada em Assembleia Geral Ordinária, sob a forma parcialmente digital, a ser realizada no dia 13 de abril de 2021, às 10:00 horas ("Assembleia"), excepcionalmente, em razão da pandemia da COVID-19, na filial da Companhia, local maior e com melhor circulação de ar, localizada na Avenida Mirim Votorazze, nº 1.500, Auditório 1, Bairro Demarchi, na Cidade do São Bernardo do Campo, Estado do São Paulo, CEP 08920-135, nos termos do artigo 47º II, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (ICVM 481/09), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

(a) Deliberar sobre a aprovação do relatório da administração da Companhia e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (b) Deliberar sobre o pagamento de dividendos em dinheiro à Flutuação Fiscal da Companhia; (c) Deliberar sobre a aprovação da distribuição do pagamento de capital da Companhia para o exercício social se encerrar em 31 de dezembro de 2021; (d) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2020; (e) Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato, em 6 (seis) membros; (f) Deliberar sobre a eleição e/ou reeleição, conforme o caso, dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 15, inciso I, do Estatuto Social da Companhia; (g) Deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 15, inciso II, do Estatuto Social da Companhia; (h) Deliberar sobre a nomeação dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; (i) Deliberar sobre a composição e eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos dos artigos 31 e 32 do Estatuto Social da Companhia; (j) Deliberar sobre a fixação da remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, nos termos do artigo 15, inciso III, do Estatuto Social da Companhia; e (l) Deliberar sobre a retificação da remuneração global dos administradores da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Informações Gerais:

- Poderá participar da Assembleia, ora convocada, os acionistas titulares de ações nominativas da Companhia, bem como seus representantes legais, bem como procuradores constituídos por meio de instrumento escrito assinado pelo titular das ações, desde que apresentem as seguintes informações em seu nome, ou seja, nome, instituição financeira depositária responsável pelo seu voto, as ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores. • A participação dos acionistas poderá ser: (a) pessoal ou por procurador devidamente constituído; (b) via boletim de voto a distância ("Boletim"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam abaixo; e (c) exclusivamente para esta Assembleia, considerando as atualizações de casos do COVID-19 (coronavírus) no Brasil, conforme amplamente divulgado na mídia, a Companhia também receberá as atas dos acionistas ou, no caso de participação por procuração, a seus procuradores, a possibilidade de participar em nome dos acionistas ou, no caso de participação por procuração, a seus procuradores, a partir de 13 de maio de 2021, às 12h, até 31 de maio de 2021, às 12h, no endereço eletrônico: participacao@tegma.com.br; • A Companhia, com prática adotada e nos termos do artigo 13, parágrafo 3º do Estatuto Social, solicita que os acionistas apresentem com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data de realização da Assembleia, ou seja, até 10 de abril de 2021, 10:00 horas, os seguintes documentos: (I) Acionistas Pessoas Físicas: cópia simples do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, cartões de classe profissional oficialmente reconhecidas); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (II) Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (III) Fundos de Investimento: cópia simples do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação [ata de eleição dos diretores e/ou procuração]; cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (IV) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (V) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (VI) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (VII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (VIII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (IX) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (X) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XI) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XIII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XIV) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XV) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XVI) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XVII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XVIII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XIX) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XX) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXI) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXIII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXIV) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXV) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXVI) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXVII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXVIII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXIX) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXX) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXXI) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXXII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXXIII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXXIV) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXXV) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXXVI) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXXVII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXXVIII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XXXIX) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XL) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XLI) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XLII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XLIII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XLIV) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XLV) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XLVI) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XLVII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, devidamente atualizado, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia; ou (XLVIII) Outros investidores: cópia simples do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e comprovante da titularidade das

como recebidos pela Companhia, se estiverem em plena ordem e de acordo com o disposto acima, em até 3 (três) dias do recebimento do referido documento. Nos termos do artigo 21-V da ICVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são satisfatórios para que o voto seja considerado válido, ou, caso necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio. Nos termos do artigo 21-C da ICVM 481/09, a Companhia informa que não possui sistema eletrônico para recebimento do boletim de voto à distância a ser disponibilizado no boletim de voto eletrônico. A Companhia disponibiliza o boletim de voto eletrônico no site www.b3.com.br e no e-mail ri@itgma.com.br. Nos termos do artigo 21-A, da ICVM 481/09, caso o acionista queira incluir candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal da Companhia, no boletim de voto à distância, será necessária a apresentação das propostas por meio do correspondência enviada à sede da Companhia, localizada à Avenida Nicola Demachi, nº 2.000, Bairro Demachi, Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09820-655, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, ou para o e-mail ri@itgma.com.br, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no artigo 21-M da ICVM 481/09) e a qualidade e participação do acionista. Nos prazos e na forma estabelecidos pelo regulamento da Companhia, os acionistas poderão transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para prestadores do serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim, a saber: (i) Acionistas com posição acionista em livro eletrônico podem exercer o voto à distância por intermédio da Itaú Corretora de Valores, na qualidade de instituição financeira responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas em: <https://assembleiadigital.certificadigital.com.br> (para mais informações sobre o processo de emissão do certificado digital, clique no link <https://assembleiadigital.certificadigital.com.br>); (ii) Acionistas com posição acionista em livro físico podem enviar o Boletim de voto para o endereço físico da Companhia, ou através de um intermediário autorizado, para que seja entregue pessoalmente ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia; (iii) Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiana) basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total do ações do acionista. Nos termos da ICVM 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para o escriturador ou seu agente de custódia em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 6 de abril de 2021. Os acionistas devem enviar o Boletim de voto para o endereço físico da Companhia, ou através de um intermediário autorizado, para que seja entregue pessoalmente ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. **Participação via Sistema Eletrônico:** O acionista que desejar participar (inclusive para votar) via sistema eletrônico, deverá enviar tal solicitação para a Companhia por meio do e-mail ri@itgma.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 2 dias da realização da Assembleia (ou seja, até o dia 11 de abril de 2021), a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de toda a documentação do acionista para participação na Assembleia. O pedido deve ser acompanhado da documentação de identificação prevista nos seus atos, observada a antecedência também prevista neste item. A Companhia não se responsabiliza pelas dificuldades para acesso ao sistema eletrônico de voto. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão com o sistema eletrônico. O acionista devidamente cadastrado que participar por meio da plataforma digital Microsoft Teams, será considerado presente à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinar da respectiva ata da Assembleia, nos termos do artigo 21-V, inciso III e parágrafo único da ICVM 481/09. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da Assembleia com antecedência mínima de 24 horas da realização da Assembleia (ou seja, até às 10:00 horas do dia 12 de abril de 2021), deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 4398-1111, ou por e-mail ri@itgma.com.br, até às 10:00 horas do dia 12 de abril de 2021, para que a Companhia possa providenciar o acesso ao sistema eletrônico de voto. A Companhia disponibilizará auxílio técnico em tempo real para os acionistas que tiverem quaisquer problemas para participar da Assembleia de forma eletrônica. No entanto, não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outros eventuais questionamentos à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio do sistema eletrônico. A Companhia recomenda, ainda, que os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio eletrônico se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital Microsoft Teams, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos com a plataforma de utilização da plataforma digital. Para acessar a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da Assembleia a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. A Companhia sugere fortemente que seja dada preferência ao Boletim ou à participação por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia através da plataforma digital Microsoft Teams para fins de participação na Assembleia. **Observações Finais:** Para os efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei das S.A. e a Instrução CVM 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, bem como o artigo 4º, inciso I da ICVM 165, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção de propostas é de 1% (um por cento) e o percentual mínimo para a realização de uma Assembleia é de 10% (dez por cento). A Companhia não mantém lista de e-mails ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias. No entanto, a Companhia mantém canal de relacionamento aberto com seus analistas e acionistas, através do site da área de Relações com Investidores (ri@itgma.com.br) e e-mail (ri@itgma.com.br), utilizado para esclarecimento das dúvidas e qualquer tipo de informação relativa à Companhia. Os acionistas encontrarão disponíveis na página da Companhia (www.govbrasil.gov), na página de Relações com Investidores da Companhia (ri@itgma.com.br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os Proprietários de Matrículas e os dados relativos às informações e documentos necessários para a realização de uma Assembleia, bem como as matrículas dos acionistas com acesso ao sistema eletrônico de voto. A Companhia reitera seu compromisso com a adoção das medidas de combate à pandemia da COVID-19 e com a segurança de seus acionistas e colaboradores e das comunidades das regiões onde atua. São Bernardo do Campo, 22 de março de 2021.

CNPJ nº 29.270.070/0001-41

Demonstrações Financeiras - Janeiro a Dezembro/2020

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado do Exercício	
Ativo	39.964.002,72	Passivo	39.964.002,72
Ativo Circulante	39.964.002,72	Passivo Circulante	22.077.452,73
Disponível	2.781.778,10	Exigível a Curto Prazo	21.802.028,00
Numerários	1.000,00	Empréstimos, Financiamentos e Aluguéis	247.028,00
Caixa	1.000,00	Contratos de Aluguéis	247.028,00
Bancos	2.780.778,10	Outras Obrigações	21.555.000,00
Bancos Conta Movimento	54.870,65	Imóveis e Peças - Recuperação Judicial	21.555.000,00
Aplicações Financeiras Liquidez Imediata	2.725.907,45	Fornecedores	275.464,73
Outros Créditos	31.484,90	Fornecedores Nacionais	275.464,73
Outros Créditos	31.484,90	Passivo Não Circulante	141.120,00
Títulos a Receber	15.000,00	Exigível a Longo Prazo	141.120,00
Tributos a Recuperar/Compensar	16.484,90	Empréstimos e Financiamentos	141.120,00
Aplicações Financeiras	15.389.739,72	Aluguéis a Pagar	141.120,00
Aplicações Financeiras	15.389.739,72	Patrimônio Líquido	17.745.389,99
Ações	4.792.211,76	Capital Social	21.718.820,50
Debêntures	10.597.527,96	Capital Social	21.718.820,50
Estoques	21.517.500,00	Capital Subscrito	21.718.820,50
Estoques	21.517.500,00	Reservas de Lucros	(3.625.020,75)
Mercadorias, Produtos e Insumos	21.517.500,00	Reservas de Lucros	(3.625.020,75)
Ativo Não Circulante	243.500,00	Reservas de Lucros	(3.625.020,75)
Ativo Realizável a Longo Prazo	243.500,00	(-) Prejuízos Acumulados	(348.409,76)
Clientes	243.500,00	(-) Prejuízos Acumulados	(348.409,76)
Aluguéis a Receber	243.500,00	(-) Prejuízos Acumulados	(348.409,76)

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido (trinta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e vinte e três Reais e cinquenta e seis centavos)

Artur Henrique Salante Hespanha - Contador CT CRC 1SP280643/O-9
Lucas Saulo Pinheiro Franca - CPF 811.689.775-68 - Liquidante

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP



229.307/21-8



DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - ÍNDICES

CLARO S.A. - CNPJ: 40.432.544/0001-47 - ANO/EXERCÍCIO: 2020, na forma da lei, com base
no Balanço devidamente publicado e arquivado na Jucesp.

(em milhares de reais)



Índice	Fórmula para Apuração com base nos dados apresentados no Balanço	R\$ (MM)	Índice Apurado
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{9.783.266}{15.969.985}$	0,6126
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	$\frac{23.551.909}{55.954.180}$	0,4209
Solvência Geral	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	$\frac{75.668.669}{55.954.180}$	1,3523
Grau Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$	$\frac{55.954.180}{75.668.669}$	0,7395
Patrimônio Líquido	Ativo Total - Passivo Total	19.714.489	

DocuSigned by:

Ricardo Basso Gaino

A4851EC9F4ED42D...

Ricardo Basso Gaino

Contador - CRC - PR-040021/O-0-S-SP